



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 214

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 16 DE DEZEMBRO DE 1961

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº I da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17 DE 1961

Aprova o Acôdo de Comercio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Tcheco-Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.

Art. 1º. Fica aprovado o Acôdo de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Tcheco-Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.

Art. 2º. Acrescente-se ao art. 14 do Acôrdão de Comércio e Pagamentos o seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. As alterações nas listas de mercadorias dos produtos brasileiros previstas no art. 4º, sempre que incluam materiais básicos para o desenvolvimento da economia nacional, só serão válidas após a aprovação, pelo Congresso Nacional, na forma da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”.

Art. 3º. Da lista de mercadorias dos produtos brasileiros organizada na forma do art. 4º, do Acôdo de Comércio e Pagamentos, suprima-se a expressão:

“..... minério de manganês”.

Art. 4º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1961. — Auro Moura Andrade — Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, nº V, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18 DE 1961

Concede anistia aos que praticaram fatos definidos como crimes que menciona.

Art. 1º. São anistiados:

.. a) os que participaram, direta ou indiretamente, de fatos ocorridos no território nacional, desde 16 de julho de 1934, até a promulgação do Ato Adicional e que constituam crimes políticos definidos em lei, inclusive os definidos nos arts. 6º, 7º e 8º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, observado o disposto nos artigos 13 e 74 da mesma lei, e mais os que constituam crimes definidos nos arts. 3º, 5º, 7º, 11, 13, 14, 17 e 18 da Lei n. 1.802, de 5 de janeiro de 1953;

.. b) os trabalhadores que participaram de qualquer movimento de natureza grevista no período fixado no art. 1º;

...c) todos os servidores civis, militares e autárquicos que sofreram punições disciplinares ou incorreram em faltas aos serviços no mesmo período, sem prejuízo dos que foram assíduos;

.. d) os convocados desertores, insubmissos e refratários;

e) os estudantes que por força de movimentos grevistas ou por falta de freqüência no mesmo período estejam ameaçados de perder o ano, bem como os que sofreram penas disciplinares;

f) os jornalistas e os demais incursores em delitos de imprensa e, bem assim, os responsáveis por infrações previstas no Código Eleitoral.

Art. 2º. A anistia concedida neste decreto não dá direito a vencimentos, proventos ou salários atribuídos aos que foram demitidos, excluídos ou condenados à perda de postos ou patentes, pelos delitos acima referidos.

§ 1º. A reversão ao serviço ativo dos anistiados nos termos deste artigo fica condicionada ao despacho favorável dos Ministérios competentes, após o exame de cada caso.

§ 2º. Aquêles que, de acôrdo com o parágrafo anterior, não puderem reverter ao serviço, contarão o tempo do afastamento apenas para efeito de aposentadoria ou reforma no posto que ocupavam quando foram atingidos pela penalidade.

Art. 3º. Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1961. — Auro Moura Andrade — Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item IX, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19 DE 1961

Fixa o subsídio do Presidente da República, no período presidencial de 1961 a 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É fixado o subsídio do Presidente da República, no período presidencial de 1961 a 1966, em Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) mensais.

Art. 2º. O Presidente da República perceberá, ainda, a importância de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) mensais, a título de representação.

Art. 3º. Este decreto-legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1961. — Auro Moura Andrade — Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 71, § 1º, da Constituição Federal e eu, Auro Moura Andrade, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1961

.. Determina, ao Tribunal de Contas da União, o registro do contrato celebrado entre a União e a Remington Rand do Brasil, para a execução no exercício de 1958, dos serviços mecanizados de lançamento, arrecadação e estatística do Imposto de Renda, nas Delegacias Regionais do Imposto de Renda em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Niterói e Curitiba.

Art. 1º. Fica determinado o registro, pelo Tribunal de Contas da União, do contrato celebrado entre a União e a Remington Rand do Brasil para a execução, no exercício de 1958, dos serviços mecanizados de lançamento, arrecadação e estatística do Imposto de Renda, nas Delegacias Regionais do Imposto de Renda em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador, Niterói e Curitiba.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de dezembro de 1961. — Auro Moura Andrade — Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

MESA

Presidente — Senador Moura Andrade (PSD) — Em exercício.
Vice-Presidente — Senador Moura Andrade (PSD).

1º Secretário — Senador Cunha Mello (PTB).

2º Secretário — Senador Gilberto Marinho (PSD).

3º Secretário — Senador Argemiro de Figueiredo (PTB).

4º Secretário — Senador Novaes Filho (PL).

1º Suplente — Senador Mathias Olympio (PTB).

2º Suplente — Senador Guido Mondim (PSD).

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder:

Felinto Müller (PSD).

Vice-Líderes:

Lima Teixeira (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).

Victorino Freire (PSD).

Lobão da Silveira (PSD).

Jorge Maynard (PSP).

Guido Mondim (PSD).

Da Minoria

Líder:

João Vilasboas (UDN).

Vice-Líderes:

Daniel Krieger (UDN).

Mem de Sá (PL).

Dos Partidos

O PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder:

Benedito Valladares.

Vice-Líderes:

Gaspar Velloso.

Victorino Freire.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder:

Daniel Krieger.

Vice-Líderes:

Rui Palmeira.

Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder:

Barros Carvalho.

Vice-Líderes:

Nelson Maculan.

Fausto Cabral.

Arlindo Rodrigues.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder:

Mem de Sá.

Vice-Líder:

Aloisio de Carvalho.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 90,00

Exterior

Ano Cr\$ 130,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolacrecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 o, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder:

Jorge Maynard.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

Líder:

Lino de Matos.

Representação Partidária

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Lobão da Silveira — Pará.
2. Victorino Freire — Maranhão.
3. Sebastião Archer — Maranhão.

4. Eugênio Barros — Maranhão.

5. Menezes Pimentel — Ceará.

6. Járbas Maranhão — Pernambuco.

7. Silvestre Péricles — Alagoas.

8. Ary Vianna — Espírito Santo.

9. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.

10. Gilberto Marinho — Guanabara.

11. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.

12. Moura Andrade — São Paulo.

13. Gaspar Velloso — Paraná.

14. Alo Guimayães — Paraná.

15. Francisco Gallotti — Santa Catarina.

16. Guido Mondim — Rio Grande do Sul.

17. Benedito Valladares — Minas Gerais.

18. Filinto Müller — Mato Grosso.

19. Jacelino Kubitschek (licenciado — Em exercício o suplente José Feliciano) — Goiás.

20. Pedro Ludovico — Goiás.

Licenciado o Senador Rui Carneiro (Paraná). Em exercício o seu suplente, Sr. Salviano Leite, do PTB.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1. Mourão Vieira — Amazonas.

2. Zacarias de Assunção — Pará.

3. Joaquim Parente — Piauí.

4. Fernandes Fávira — Ceará.

5. Reginaldo Fernandes — Rio

14. Nelson Maculan — Paraná.

6. Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.

7. João Arruda — Paraíba.

8. Afrânio Lage — Alagoas.

9. Rui Palmeira — Alagoas.

10. Heribaldo Vieira — Sergipe.

11. Ovídio Teixeira — Bahia.

12. Del Caro — Espírito Santo.

13. Afonso Arinos — Guanabara.

14. Padre Calazans — São Paulo.

15. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.

16. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.

17. Milton Campos — Minas Gerais.

18. João Vilasboas — Mato Grosso.

19. Lopes da Costa — Mato Grosso.

20. Colmbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Cunha Mello — Amazonas.

2. Vivaldo Lima — Amazonas.

3. Mathias Olympio — Piauí.

4. Leônidas Mello — Piauí.

5. Fausto Cabral — Ceará.

6. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.

7. Salviano Leite (Suplente do Senador Rui Carneiro) — Paraíba.

8. Barros Carvalho — Pernambuco.

9. Lourival Fontes — Sergipe.

10. Lima Teixeira — Bahia.

11. Caiado de Castro — Guanabara.

12. Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro.

13. Miguel Couto — Rio de Janeiro.

15. Saulo Ramos — Santa Catarina.

Grande do Norte.

16. Nogueira da Gama — Minas Gerais.

PARTIDO LIBERTADOR

1. Novaes Filho — Pernambuco.

2. Aloisio de Carvalho — Bahia.

3. Mem de Sá — Rio Grande do Sul.

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. Jorge Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Lino de Matos — São Paulo.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

1. Paulo Fender — Pará.

SEM LEGENDA

1. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

RESUMO

PSD	20
UDN	20
PTB	16
PL	3
PSP	1
PTN	1
MTR	1
S/Legenda	1
	63

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.

Cunha Mello.

Gilberto Marinho.

Argemiro Figueiredo.

Novaes Filho.

Mathias Olympio.

Guido Mondim.

Reginaldo Fernandes.

Secretário: Evandro Mendes Viana

Diretor-Geral.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, presidente (PSD).

Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Milton Campos (UDN).

Heribaldo Vieira (UDN).

Silvestre Péricles (PSD).

Rui Carneiro (PSD).

Lourival Fontes (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).
Barros Carvalho (PTB).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).
1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Valadares (PSD).
3. Francisco Gallotti (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).

Fernandes Tavora (UDN).
Sergio Marinho (UDN).
Del Caro (UDN).
João Arruda (UDN).
Alô Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
5. Eugênio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

TITULARES

Nelson Maculan - Presidente (PTB).
Eugênio Barros - Vice-Presidente (PSD).

Alô Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
Ovidio Teixeira (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Alô Guimarães (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
UDN

— Lopes da Costa
2 — Joaquim Parente

Suplentes:

- PSD
1 — Pedro Ludovico
2 — Lobão da Silveira

3 — Francisco Gallotti (PTB)

- 1 — Saulo Ramos
2 — Lima Teixeira

Secretária: Maria de Lurdes Oliveira, Oficial Legislativo

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).
3. Sebastião Archer (PSD).
Aloysio de Carvalho (PL).
Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel — Presidente (PSD).
Padre Calazans — Vice-Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).
Reginaldo Fernandes (UDN).
Saulo Ramos (PTB).

Suplentes:

Colmbra Bueno (UDN).
Lino de Matos (PTB).
Lobão da Silveira (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Lima Teixeira (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário: Evandro Fonseca Paragaguá.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente — UDN.

Ary Vianna — Vice-Presidente — PSD.

Irineu Bornhausen — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Fernandes Tavora — UDN.
Dix-Huit Rosado — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Gaspar Velloso — PSD.
Nogueira da Gama — PTB.
Lobão da Silveira — PSD.
Barros Carvalho — PTB.
Eugênio Barros — PSD.
Mem de Sá — PL.
Fausto Cabral — PTB.
Filinto Müller — PSD.
Saulo Ramos — PTB.

SUPLENTE

1. Milton Campos — UDN.
2. Joaquim Parente — UDN.
3. Rui Palmeira — UDN.
4. Coimbra Bueno — UDN.
5. João Arruda — UDN.
6. Del Caro — UDN.
1. Silvestre Péricles — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Jarbas Maranhão — PSD.
4. Menezes Pimentel — PSD.
5. Pedro Ludovico — PSD.
1. Vivaldo Lima — PTB.
2. Arlindo Rodrigues — PTB.
3. Sebastião Archer (PSD).
4. Paulo Fender — PTB.

4 Lima Teixeira — PTB.

1. Aloysio de Carvalho — PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro, Vice-Presidente — (PSD).
Lima Teixeira Presidente (PTB).
Lino de Matos (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Menezes Pimentel (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Francisco Gallotti (PSD).
Paulo Fender (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lobão da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).
2. Lourival Fontes (PTB).
3. Arlindo Rodrigues (PTB).
Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente — PTB.
Rui Palmeira, Vice-Presidente — UDN.

Afrânio Lages — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Benedito Valadares — UD.
Gaspar Velloso — PSD.
Paulo Fernandes — PSD.
Lourival Fontes — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Victorino Freire — PSD

SUPLENTE

- 1 — Milton Campos — UDN.
2 — Venâncio Igrejas — UDN.
3 — Sergio Marinho — UDN.
1 — Menezes Pimentel — PSD.
2 — Jefferson de Aguiar — PSD.
3 — Ary Vianna — PSD.
1 — João Mendes — PTB.
2 — Barros Carvalho — PTB.
1 — Mem de Sá — PL.

Secretário: Eurico Jacy Auler, — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Mourão Vieira — Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente — PSD.
Joaquim Parente (UDN).
Paulo Fender (PTB).
Miguel Couto (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedito Valadares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral — (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Titulares:

Jorge Maynard — Presidente (PSP).
Lino de Matos — Vice-Presidente (UDN).

Colmbra Bueno (UDN).
Victorino Freire (PSD).
Fausto Cabral (PTB).

Suplentes:

- UDN
1 — Sérgio Marinho
2 — João Arruda.
PSD
1 — Jefferson Aguiar
2 — Eugênio Barros
1 — Nelson Maculan

Secretário: Julietta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes Presidente — (UDN).

Alô Guimarães, Vice-Presidente — (PSD).

Fernandes Tavora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Lopes da Costa (UDN).
1. Eugênio Barros (PSD).
2. Jarbas Maranhão (PSD).
1. Miguel Couto (PTB).

Secretária: Julietta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira às 16 horas.

Comissão Especial incumbida de emitir Parecer sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1953, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

Cunha Mello — Presidente (PTB).
Sergio Marinho — Relator (UDN).
Jorge Maynard (PSP).

Menezes Pimentel (PSD)

Jarbas Maranhão (PSD).

João Pires de Oliveira Filho — Secretário.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).

Sérgio Maranhão (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN)
 2. Dix-Huit Rosado (UDN)
 2. Jorge Maynard (PSP)
 2. Nelson Maculan (PTB).
- Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel — Presidente (PSD).
Padre Calazans — Vice-Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão (PSD).
Reginaldo Fernandes (UDN).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Saulo Ramos (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
 2. Lino de Matos (PTN).
 1. Lobão da Silveira (PSD).
 2. Paulo Fernandes (PSD).
 2. Paulo Fender (PTB).
 2. Lima Teixeira (PTB).
 3. Aloysio de Carvalho (PL).
- Secretário ad-hoc: Eurico Jucy Auler. Oficial Legislativo. Reunions. Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão especial para emitir parecer sobre os documentos que instruem o Projeto de Resolução Nº 5, de 1961.

Senadores:

PL — Novaes Filho — Presidente UDN — Sérgio Marinho — Vice-Presidente.
PSD — Alô Guimarães.
PSD — Menezes Pimentel.
PTB — Nelson Maculan.
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção — Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente (PSD).

Sérgio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN)
 2. Dix-Huit Rosado (S/legenda).
 2. Silvestre Pericles
 2. Ruy Carneiro (PLD) — Substituto temporariamente pelo Sr. José Feliciano
 2. Jorge Maynard (PSD)
 2. Saulo Ramos (PTB)
 2. Nelson Maculan (PTB)
- Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Redação

41ª REUNIÃO REALIZADA AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1961

EXTRAORDINÁRIA

As quatorze horas do dia quatorze de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Sérgio Marinho, presentes os senhores senadores Menezes Pimentel e Ary Vianna.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Francisco Gallotti e Lourival Fontes.

E lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Menezes Pimentel oferece as seguintes redações:

— PLC nº 152-61, que altera o artigo 1º, da Lei nº 3.205, de 15 de julho de 1971, e dá outras providências;

— PLC nº 64-61, que regula o exercício da profissão de geólogo;

— PLC nº 65-61, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), para prosseguimento das obras do Hospital Matogrossense do Pênfigo, com sede em Campo Grande, Estado de Mato Grosso;

— PLS nº 4-61, que altera o inciso I, do art. 945, do Código do Processo Civil e os artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 3.977, de 26 de fevereiro de 1941;

— PDL nº 12-61, que fixa o subsídio do Presidente da República, no período presidencial de 1961 a 1966.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo senhor presidente.

42ª REUNIÃO REALIZADA AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1961

As dez horas do dia quatorze de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Sérgio Marinho, presentes os Senhores Senadores Menezes Pimentel, Ary Vianna e Lourival Fontes.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Francisco Gallotti.

E lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Menezes Pimentel oferece a redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 19, de 1961 (nº 55-B-60), na Câmara, que aprova o Acordo de Comércio e Pagamentos entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Tcheco-Eslováquia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de junho de 1960.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

43ª REUNIÃO REALIZADA AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 1961

As treze horas e trinta minutos do dia quinze de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e um, na Sala das Comissões, reúne-se, extra-

ordinariamente, a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Marinho, presentes os Senhores Senadores Menezes Pimentel, Daniel Krieger e Lourival Fontes.

E lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Menezes Pimentel oferece as seguintes redações:

Redação final do PLS nº 37, de 1961, que dispõe sobre o loteamento ou desmembramento de terras rurais e dá outras providências;

Redação final do PLS nº 3, de 1961, que dispõe sobre financiamento às prefeituras municipais, com garantias das cotas constitucionais dos artigos 15, §§ 4º e 5º, e 20, da Constituição Federal.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Sarah Abrahão, secretária, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 258ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1961

PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello. — Vivaldo Lima — Paulo Fender — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Sebastião Archer — Leonidas Mello — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Argemiro de Figueiredo — Ruy Carneiro — Jarbas Maranhão — Barros Carvalho — Ruy Palmeira — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Del Caro — Ary Vianna — Calado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lino de Matos — Padre Calazans — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — José Feliciano — João Villasboas — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Saulo Ramos — Irineu Bornhausen — Daniel Krieger — Mem de Sá — Guido Mondin. (46).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2.º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debates aprovada.

O Sr. 1.º Secretário dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Ofícios do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados comunicando haver a Câmara aprovado as emendas do Senado às seguintes proposições legislativas:

Ofício nº 2.148, de 12 de dezembro — Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1961 (nº 217, de 1959, na Casa de origem), que altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas;

Ofício nº 2.170, de 13 de dezembro — Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 1961 (nº 2.666, de 1961, na Casa de origem), que aprova o plano diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências;

Ofício nº 2.173, de 14 de dezembro — Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1960 (nº 1.434, de 1960, na Casa de origem), que retifica, sem ônus, as Leis ns. 3.487, de 10 de dezembro de

1958, e 3.662, de 7 de dezembro de 1959, que estimaram a receita e limitaram a despesa da União para os exercícios, respectivamente de 1959 e 1973.

Nº 2.364 — do Tribunal de Contas, comunicando haver resolvido, em sessão de 14 de dezembro de 1961, mandar anotar o ato decorrente do Decreto Legislativo nº 16, de 1961, pelo qual é este Tribunal autorizado a registrar o contrato de 9 de dezembro de 1958, celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Sociedade de Carvalho & Hosken Ltda.

Nº 2.361, do Tribunal de Contas comunicando haver ordenado o registro do crédito suplementar ao orçamento vigente, na importância de Cr\$ 329.000.000,00, pertencentes às Verbas 1.0.00, 1.3.00, 1.5.00, 1.6.00 e 4.0.00.

Ofício do Senhor Ministro da Indústria e Comércio nº 43, de 9 de dezembro, comunicando haver encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura o Requerimento nº 434, de 1961, de autoria do Sr. Senador João Villasboas, por ser o assunto constante do mesmo, da alçada daquele Ministério.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa uma comunicação que vai ser lida.

E lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os fins convenientes, que, tendo deliberado desistir do restante da licença em cujo gozo me achava, nesta data reassumo o exercício do meu mandato.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 1961. — Rui Carneiro

O SR. PRESIDENTE:

Está lida a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Nelson Maculan, orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE:

Está lida a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Nelson Maculan.

O SR. NELSON MACULAN:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, falando por delegação o líder do Partido Trabalhista Brasileiro, passo a ler o seguinte discurso:

Senhor Presidente, Senhores Senadores, ao ensejo do encerramento dos trabalhos do Senado Federal, quero, antes de despedir-me dos prezados companheiros de trabalhos, formular congratulações com toda a Casa, pela proficiência e zelo com que se houve no trato dos diversos problemas do País, durante a sessão legislativa que ora se encerra.

Não é um louvor gratuito, pois que o Senado soube honrar as tradições, examinando todas as questões, das mais simples à mais complexa, com o mesmo cuidado, com alto critério, pugnano sempre pelas soluções que lhe pareceram mais justas.

Muito coisa ainda está por fazer, mas, em contrapartida, muito foi realizado. No balanço, salvo melhor juízo, os saldos se apresentam favoráveis para a Câmara Alta do Parlamento. Deve-se sem dúvida, este resultado, ao esforço, à compreensão, à operosidade e ao dinamismo de todos os membros do Senado, a começar pela Comissão Diretora, sob o comando energico e justo do Presidente Moura Andrade, que soube levar o Senado, fossem os tempos pacíficos, fossem eles procossos, pela senda segura do respeito à Democracia, à Constituição, às Leis, ao Regime, às Instituições mais caras à formação moral do nosso povo, ao espírito nacional.

Muito está por fazer, dissemos. E ao Senado cabe papel relevante nessa

obra. Ai estão os operários, a reclamarem melhores condições de vida, maior segurança no futuro de seus filhos.

Ai estão os homens do campo, pedindo critérios mais humanos de tratamento nas relações de emprego, assistência social e técnica. Ai estão os homens da gleba, solicitando um pedaço de chão para cultivar, e com o resultado prover o sustento dos seus e da comunidade. Ai estão nossos jovens — nossos filhos e os filhos de nossos irmãos brasileiros — querendo ter o direito efetivo de possuírem instrução elementar, básica e técnica. Ai estão também os empreendedores nacionais, solicitando, pelo menos, igualdade de tratamento com os que vêm de fora. Enfim, ai está o País todo a pedir, a reclamar, a insistir, a exigir mesmo — do agricultor ao operário, do estudante ao industrial — reformas estruturais da economia, da sociedade, dos métodos e dos critérios não para trocá-los radicalmente por outros, numa experiência de resultados desconhecidos, mas para adaptá-los urgentemente às novas circunstâncias nacionais e mundiais, que a técnica apurada, os conhecimentos modernos, os conceitos atuais, a moral e a ciência impõem. Ou realizamos essa transformação, e caminharemos passo a passo, lado a lado na vanguarda das nações, ou cada vez mais nos distanciaremos delas, e ficaremos relegados definitivamente aos planos mais secundários.

Que a atual estrutura e sistemática da vida do País não mais se acomode aos tempos atuais é evidente. Quase um século depois da invenção da máquina a vapor, não as fabricamos ainda por nós mesmos. Está perto de completar um século também a descoberta da eletricidade e sua aplicação para fins domésticos e industrialização de muitos implementos que utilizam, e ainda engatinhamos na sua utilização, e quase nada fazemos no setor da produção dos grandes geradores. Já vai para 60 anos que nosso patriótico Santos Dumont inventou o avião, e ainda não o produzimos em escala econômica. Somente depois de mais de cinquenta anos de criado o motor a explosão, começamos a fabricá-lo, mas ainda não poder nós mesmos. Poderão alegar que não tínhamos ou não temos meios de fazê-lo. Mas é uma alegação pueril, sem fundamento. Porque outras nações também não os tinham, ou, melhor, ninguém lhes foi levar o modelo ou as máquinas-ferramentas já prontas para a fabricação. Elas mesmas as criaram. Por que, isso? Porque, simplesmente, toda as medidas de proteção, mesmo as aparentemente mais drásticas em relação aos estrangeiros, foi dada aos seus cidadãos, aos seus investidores, aos seus inventores, aos seus cientistas. Todos os meios foram mobilizados para proporcionar ao gênio inventivo e criador de seus cidadãos condições de produção própria, na busca inconfundida de independência econômica, porque só esta, Senhores Senadores, possibilita a verdadeira independência política. Esta será sempre uma farsa, se aquela não existir.

Fiquem essas observações, Sr. Presidente, Srs. Senadores, à guisa de lembrete para nós, sobre o importante papel que temos a desempenhar e sobre as grandes responsabilidades que pesam em nossos ombros, ao decidirmos desta ou daquela maneira, quando estejam em jogo problemas de interesse nacional, não com vistas ao nosso uso e gozo das soluções que lhes dermos, mas tendo sempre em mente que o futuro não nos pertence. Pertence de direito e de fato, aos nossos filhos, aos filhos de nossos filhos, ao homem de amanhã. Temos sempre em mira que nós não legislamos para nós, mas para os que vêm atrás de nós, para aqueles que irão co-

lher os bons ou maus resultados das nossas atitudes.

Sr. Presidente, Senhores Senadores: De nossa parte, o recesso não será um mero repouso.

Relator que somos do Projeto de Estatuto do Trabalhador Rural, iremos aproveitar as férias parlamentares para percorrer algumas regiões do País, em busca de informações e dados preciosos sobre os atuais tipos de relação de emprego na agricultura. Conheço muitos deles, mas ainda não é o suficiente. País que é quase um continente, nele vigoram numerosas modalidades de trabalho agrícola, em virtude mesmo de possuir praticamente todos os tipos de solos e todos os climas.

De um estudo preliminar que já fizemos do projeto e do problema, ressaltou logo a convicção de que o Estatuto do Trabalhador Rural, terá de ser, pelo menos como passo inicial, mais uma carta de princípios do que propriamente um regulamento, no qual sejam, a um tempo, assegurados os direitos que assistem ou devem assistir ao homem que trabalha no campo, e a indispensável flexibilidade para que essa garantia não provoque a desorganização da faina agrícola, e, pelo contrário, favoreça ainda mais a produção rural. Creemos que se devem fixar direitos específicos que devem constar obrigatoriamente dos contratos de trabalho, estabelecendo limites mínimos de remuneração, através de critérios técnicos, de modo a incentivar a fixação do homem rural na gleba, ao mesmo tempo que se estabeleça, nesta ou em outra lei, garantia de preços mínimos para o fruto do trabalho agrícola, assistência técnica, financeira e social para o homem do interior. Só através de estímulos objetivos manteremos nas lides rurais os que nela se encontram, e atrairemos outros para elas.

Ai estão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas idéias do que pensamos fazer durante o recesso, para preparar subsídios com que desempenhar melhor essa tarefa que nos foi cometida.

Finalizando, e nesse aqui meus desejos de que todos os companheiros do Senado tenham um transcurso dos mais felizes durante o Natal e que o novo ano lhe seja promissor e pleno de realizações.

Aos funcionários da Casa, do mais humilde ao mais graduado, preciosos colaboradores da obra que realizamos, nossa generosa retribuição, almejando-lhes também um feliz Natal junto aos seus e que 1962 lhes traga melhores condições de vida completa alegria, que bem o merecem.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, cada um de nós, ao longo da vida e principalmente na quadra que atravessamos, vai encontrando toda sorte de homens uns bons, outros menos bons, a maioria mediocre e muitos péssimos. A média, infelizmente, não é favorável à humanidade.

Mas, para conforto dos que prezam os mais altos valores do espírito e as mais elevadas virtudes cristãs, todos encontramos, ao longo desse percurso, um pequeno número de seres a que tenho chamado de flores da humanidade, jóias do gênero humano, criaturas que nos consolam da existência que nos confortam, porque dignificam a espécie dos homens.

Nesse reduzido número de criaturas excepcionais, número restrito que eu tenho conhecido nas minhas quase seis décadas de vida, posso destacar e realçar o Professor Gladstone Chaves

de Melo. É um homem maravilhosamente dotado e nele difícil e dizer o que mais excede se a inteligência o talento, poderoso e brilhante, se a cultura, se o caráter, se o coração.

Da cultura direi, apenas, que, sendo ele homem ainda na primeira metade de século, tem acumulados conhecimentos sólidos e invulgares, não apenas na matéria em que é mestre a Filologia, mas em muitos outros departamentos do saber humano: na Literatura, na Política, na Sociologia e na Filosofia.

Do caráter, poderei acrescentar que é da mais pura tempera, do tipo mais resistente e nobre; e, do coração, que ele é um cristão exemplar que leva vida de católico praticante, honesto e sincero, como os que mais o forem.

Dedicou a vida nos últimos lustros à atividade pública pelo amor de servir à coletividade, com o sacrifício próprio, com o sacrifício dos seus estudos e com o sacrifício da sua carreira. Dedicou-a por esta vocação irresistível de servir, de dar-se em oblação à sociedade, e tem sido na vida política do Rio de Janeiro um exemplo luminoso de dignidade, de exemplar correção, de linha inflexível, de retidão, de rigor e de cumprimento dos deveres, constituindo um paradigma de homem e de parlamentar, não apenas para a vida brasileira como para a de qualquer Nação.

Pois Senhores Senadores e Sr. Presidente, é esse homem a respeito do qual todos que o conhecem subcrevem o que acabo de dizer: foi este homem, ante-ontem, cruel, torpe e selvagemmente agredido na Assembleia Legislativa da Guanabara, por dois outros Deputados — Deputados que tendo sido Vereadores levaram para a Assembleia Legislativa tudo o que de pior havia na famosa "gaiola de ouro" — e na impotência em que se encontram de fazer face à dignidade cívica e aos primores de eloquência e de qualidades parlamentares de Gladstone não tendo como evitar a sua ação sanadora, correitora, purificadora daquele ambiente — não tendo como disputar lisa e nobremente dentro do estilo parlamentar e do mínimo de eficiência de conduta, lançaram-se sobre Gladstone Chaves de Melo agredindo-o da forma mais vil, mais covarde, mais torpe e mais indigna da espécie humana.

Eu queria, em nome dos amigos e dos admiradores de Gladstone Chaves de Melo...

O Sr. Milton Campos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SA. MEM DE SÁ — Com todo o prazer.

O Sr. Milton Campos — Estimo que V. Ex.^a fale em nome dos admiradores e amigos de Gladstone Chaves de Melo, e assim essa manifestação se torne mais ampla. É e cordial e patrioticamente que eu adiro as suas palavras de censura ao processo usado contra aquele eminente professor e homem público, como também à homenagem que V. Ex.^a presta, com o brilho habitual, a um dos homens mais corretos e dignos da nossa vida pública.

O SR. MEM DE SÁ — Muito agradecido pelo endosso que V. Ex.^a dá às minhas palavras e que tanto as valoriza.

O Sr. Padre Calazans — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com todo o prazer.

O Sr. Padre Calazans — Estou ouvindo as palavras de V. Ex.^a e quero trazer a minha adesão. V. Ex.^a diz muito bem a respeito de Gladstone, e todo o Brasil o conhece. Pode dizer-se que da nova geração de homens públicos é talvez das mais altas figuras do País, não só no saber como nas virtudes cívicas, moras e cristãs. O que se passou na Assembleia da Guanabara não é ofensa apenas à Assembleia da Guanabara; é ofensa também aos pró-

prios foros de cultura e de dignidade da Nação brasileira. Todavia o gesto covarde e indigno dos dois Deputados não tingiu Gladstone que está muito acima desses dois homens e dessas atitudes; a homens virtuosos atitudes como essa ainda mais os engrandece. Quero trazer também minhas palavras de endosso e adesão ao discurso de V. Ex.^a. Acredito que V. Ex.^a não fale apenas em nome dos amigos e admiradores de Gladstone; o nobre orador defende a honra, a dignidade e a cultura da Nação brasileira, simbolizada hoje na grande figura de Gladstone Chaves de Melo.

O SR. MEM DE SÁ — Extremamente agradecido pelo apoio valioso que V. Ex.^a dá e que mais resalta e mais engrandece a homenagem devida a Gladstone Chaves de Melo. Eu dizia que falava em nome dos amigos e admiradores de Gladstone Chaves de Melo. Acrescento agora que também falo em nome do eleitorado brasileiro, em nome do que o Brasil tem de mais forte nos desejos de progredir, não apenas materialmente mas cívica e moralmente. Em nome dos portadores das esperanças de ver o Brasil atingir os destinos a que foi traçado, em nome dos que aspiram ver a vida pública brasileira luminosa, engrandecida e limpa, eu quero prestar a homenagem devida à grande figura do político brasileiro assim cruelmente ofendido, e dizer-lhe como o Senador Padre Calazans já adiantou, que ele em nada foi atingido, em nada foi desmerecido em nada foi humilhado. O homem só se humilha pelas próprias ações. O homem se humilha pela indignidade, pelo vício, pela corrupção, e jamais poderá ser humilhado pelo gesto sob, pelo coice brutal, pelo primarismo dos ineptos, dos corruptos e dos incapazes.

Gladstone Chaves de Melo continua merecendo do Brasil a mesma estima, a mesma admiração, o mesmo respeito comovido que todos nós lhe queremos prestar. Ele deve receber o episódio como o passante recebe, num dia de chuva, uma gota de lama que lhe cai sobre as botas. Nada mais do que isso foi o que sofreu Gladstone Chaves de Melo.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Chegueli agora e não sei de que episódio em relação ao Deputado Gladstone Chaves de Melo V. Ex.^a está tratando. Entretanto não posso deixar de assinalar-me a honrosa manifestação de apreço que V. Ex.^a lhe está tributando porque o conheço também como homem digníssimo e patriota da mais alta categoria.

O SR. MEM DE SÁ — Sr. Presidente, desejo que as palavras do nobre Senador Fernandes Távora que, pela idade e pela conduta exemplar, é uma das mais honrosas expressões desta Casa encerrem meu discurso.

O Sr. Fernandes Távora — Obrigadão a V. Ex.^a.

O SR. MEM DE SÁ — Sr. Presidente, já que me encontro na tribuna desejo transmitir à Casa duas reclamações que me chegaram, ambas dignas da maior atenção e cuidado por parte do Governo. Uma me vem de alguns carteiros e serventes, que assim se manifestam:

(Lê:)

"Comissão de serventes concursados do Departamento de Correios e Telégrafos pede a V. Ex.^a sua valiosa interferência junto ao Primeiro Ministro a fim de S. Ex.^a assinar o processo nº 6.130, do Ministério de Viação e Obras Públicas, referente à nomeação pela qual há muito tempo vim lutando".

Quer dizer que os serventes concursados do Departamento de Correios e Telégrafos estão percorrendo a mes-

uma via-crucis por que passaram os cidadãos.

Realizando o concurso e promulgados os resultados, estabelecida a lista de classificação, as nomeações não saem e esses pobres homens humildes ficam na dependência da vontade de Ministros para cumprimento de dever primário e rudimentar, quando sobra tempo a esses Ministros para nomear afilhados e outras figuras nem sempre dignas de qualquer atenção.

Espero que o Sr. Primeiro Ministro, tomando conhecimento da situação aritmética de homens que apenas pretendem o cumprimento e o respeito de direito líquido e certo, saiba reconhecer-lo.

A outra reclamação me chega de enfermeiros, auxiliares de enfermagem, técnicos de laboratório, laboratoristas, operadores de Raios X, atendentes e outros servidores que foram admitidos no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes com o título de "adjudicados".

A situação é extremamente curiosa. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, como muitos outros Institutos, além de nomear de todas as formas possíveis, dentro do quadro e fora do quadro, desde algum tempo, a esta parte passou a usar o artifício, a fraude de nomear pessoas com o título de "adjudicados".

Agora esses adjudicados dizem que não gozam de nenhum direito, nem os dos servidores públicos nem os da legislação trabalhista, e nem mesmo têm a garantia de receber normalmente o que lhes é devido pelos serviços prestados. Estão todos com salários atrasados, pelo que me dizem desde setembro, e a informação que obtém é de que só serão pagos em março. Então fazem sentir que enquanto os demais servidores do IAPC estão gozando dos benefícios de enquadramento e da classificação e vão receber a gratificação chamada natalina, eles, que foram admitidos de forma irregular pela soma de empreguismo que atravessava os Institutos, ficam sem direito, à margem de toda legislação e nem os menos recebem o salário pelos serviços prestados.

Recordo o ofício que me foi dirigido que o Governo não toleraria tal situação se provocada por qualquer empregador, por mais modesto que fosse, e exigiria o cumprimento da legislação do Trabalho. Entretanto, ele é o primeiro a dar o mau exemplo com o pessoal que admite irregularmente e não paga regularmente. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Não há outros oradores inscritos. (Pausa). Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE: OK!

Vai-se proceder à votação dos Requerimentos de ns. 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612 e 613 pelos quais é requerida a prerrogativa, por mais três dias dos prazos de que dispõem as Comissões Especiais incumbidas do estudo das seguintes matérias:

- Projeto de Emenda Constitucional nº 9.
 - Projeto de estudo para os problemas das secas do Nordeste.
 - Projeto de Emenda Constitucional nº 7.
 - Projeto de Emenda Constitucional nº 8.
 - Projeto de Emenda Constitucional nº 4.
 - Projeto de Emenda Constitucional nº 2.
 - Projeto de Emenda Constitucional nº 2.
 - Mudança da Capital.
 - Estatuto do Trabalhador Rural.
- Em votação os requerimentos.

Os Senhores Senadores que os aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa). Aprovados.

Em consequência, está prorrogado por um ano o prazo de vigência das referidas Comissões Especiais.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e sem debate aprovado o seguinte

Requerimento nº 617, de 1961

Requeiro a inversão da Ordem do Dia a fim de que a matéria constante do terceiro item seja apreciada em primeiro lugar.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1961. — Lobão da Silveira.

Em consequência da deliberação do Plenário, é invertida a Ordem do Dia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 273 (número de origem — PR-35.971-599-31) pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Diplomata Nelson Tabajara de Oliveira para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao governo do Haiti.

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do Regimento, a matéria deverá ser apreciada em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários que adotem as necessárias providências nesse sentido.

A sessão transforma-se em secreta, às 15 horas e 10 minutos e volta a ser pública às 15 horas e 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão pública.

Na sessão de ontem o Senado aprovou o requerimento nº 615, de autoria do Sr. Senador Filinto Müller e outros Srs. Senadores, no sentido de ser constituída uma Comissão Mista, de 5 Senadores e 6 Deputados, para examinar o Projeto de Lei que disciplina a aplicação de capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.

Feita a consulta à Câmara, a Mesa do Senado recebeu o seguinte ofício:

OFÍCIO

Brasília, em 14 de dezembro de 1961

GP/41

Senhor Presidente:

Atendendo à consulta verbal de Vossa Excelência sobre se esta Presidência concorda em designar cinco Deputados para constituírem uma comissão mista com Senadores, a fim de examinar o Projeto de Lei nº 3.251-D, de 1961, da Câmara dos Deputados, que disciplina a aplicação de capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, e dá outras providências — tenho a honra de responder afirmativamente.

Aguardando assim, o necessário expediente para, mediante consulta aos Líderes, fazer a designação dos representantes desta Casa.

Aproveito o ensejo para reenciar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — Ranieri Mazzilli.

Dada, como se acha, a aquiescência da Câmara à medida proposta pelo Senado, cabe fazer a designação dos representantes do Senado na Comissão.

De acordo com as indicações dos Líderes, a Presidência designa os Senhores Senadores:

Barros Carvalho (PTB).
Mem de Sá (Pequenos Partidos).
Ruy Carneiro (PSD).
Alô Guimarães (PSD).
Sérgio Marinho (UDN).

O SR. PRESIDENTE:

Da Câmara dos Deputados, a Presidência acaba de receber o seguinte

EXPEDIENTE

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

OFÍCIO

Brasília, em 14 de dezembro de 1961
Aviso nº

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, que, de acordo com o artigo 39, parágrafo único, da Constituição Federal, combinado com o artigo 199 do Regimento Interno, foi convocado o Congresso Nacional para uma sessão extraordinária de 1º a 28 de fevereiro de 1962 com a seguinte pauta:

- a) — Reforma agrária
- b) — Remessa de lucros
- c) — Leis complementares e outros assuntos de interesse nacional.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de minha alta estima e distinta consideração. — Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Auro de Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE:

O ofício está acompanhado do Ato Convocatório, nos seguintes termos:

Exmo. Senhor Presidente da Câmara dos Deputados.

Os Deputados abaixo assinados, de acordo com o art. 39, parágrafo único, da Constituição Federal, convocam o Congresso Nacional para uma sessão extraordinária de 1 de fevereiro a 28 de fevereiro de 1962, com a seguinte pauta:

- a) — Reforma agrária
- b) — Remessa de lucros
- c) — Leis complementares e outros assuntos de interesse nacional.

Brasília, 14 de dezembro de 1961.

- 1 — Paulo Freire
- 2 — Océlio Medeiros
- 3 — Floriano Paixão
- 4 — Coelho Mascarenhas
- 5 — Geraldo Vasconcelos
- 6 — Lúcio Haier
- 7 — Croacy Oliveira
- 8 — Páolos Porto
- 9 — Armando Corrêa
- 10 — Cunha Bueno
- 11 — Amador Furlan
- 12 — Antonio Baby
- 13 — Euzébio Rocco
- 14 — Riscada
- 15 — Ruy Ramos
- 16 — Celso Brant
- 17 — Salvador Losacco
- 18 — Campos Vergal
- 19 — Dirceu Pires
- 20 — Lister Calças
- 21 — Celso Murta
- 22 — Dias de Macedo
- 23 — Antonio Dirno
- 24 — Cezar Prieto
- 25 — Dager Serra
- 26 — Sylvio Braga
- 27 — Adalberto Vail
- 28 — Chagas Freitas
- 29 — Geraldo Carvalho
- 30 — Medeiros Neto
- 31 — Salomão Reham
- 32 — Dervile Alagretti
- 33 — Gabriel Gonçalves
- 34 — Clóvis Motta
- 35 — Jones Bahiano
- 36 — Lino Bragan
- 37 — Lourival Almeida
- 38 — Ruben Barzel
- 39 — José de Castro
- 40 — Nogueira de Rezende
- 41 — Henrique La Rocha
- 42 — Ladartine Favore
- 43 — Paiva Muniz
- 44 — Nelson Omenant
- 45 — Padre Nobre
- 46 — José Talarico
- 47 — Cláudio Freitas
- 48 — Nonato Marques

- 49 — Ferreira Martins
- 50 — Paulo Lauro
- 51 — Amílcar Pereira
- 52 — Oscar Passos
- 53 — João Ramos
- 54 — José Ozofre
- 55 — Humberto Moreira
- 56 — Arruda Câmara
- 57 — Olavo Fontoura
- 58 — Miguel Louzzi
- 59 — Jacob Frantz
- 60 — Elias Adalme
- 61 — Wilmar Dias
- 62 — Rezende Monteiro
- 63 — Mário Tamborindeguy
- 64 — Ozanam Lima
- 65 — Carlos do Lago
- 66 — Afrânio de Oliveira
- 67 — Theodilo de Albuquerque
- 68 — João Velga
- 69 — José Maciel
- 70 — Souza Leão
- 71 — Eurico Ribeiro
- 72 — Daniel Dipp
- 73 — Dagoberto Salles
- 74 — Uriel Almido
- 75 — Tasso Dutra
- 76 — Hildebrando Góes
- 77 — Clodomir Millet
- 78 — Yukishigue Tamara
- 79 — Antonio Fraga
- 80 — Moreira da Rocha
- 81 — Edgard Freitas
- 82 — Manoel de Almeida
- 83 — Hugo Borghi
- 84 — Aluísio Ferreira
- 85 — Luiz Bronzeado
- 86 — Willy Frohlich
- 87 — Arnaldo Cerdeira
- 88 — Wilson Calmon
- 89 — Heitor Cavalcanti
- 90 — Esmerino Arruda
- 91 —
- 92 —
- 93 — Feliciano Pena
- 94 — Alvaro Lima
- 95 — Deodoro de Mendonça
- 96 — Carmelo D'Agostino
- 97 — Wilmar Guimarães
- 98 — Pereira Pinto
- 99 — Mário Benf
- 100 — Jessé Freire
- 101 — Geraldo Guedes
- 102 — Furtado Leite
- 103 — Munhoz da Rocha
- 104 —
- 105 — Othon Mader
- 106 — Estéfano Mikilita
- 107 — Hélio Cabral
- 108 — Epilogo Campos
- 109 — Lourival Batista
- 110 —
- 111 — Jorge de Lima
- 112 — Souza Carmo
- 113 — Wilson Padul
- 114 — Djaima Marinho
- 115 — Plínio Salgado
- 116 — Arnaldo Garcez
- 117 — Aderbal Carvalho
- 118 — Abel Rafael
- 119 — Milton Brandão
- 120 — Carlos Gomes
- 121 — Bezerra Leite

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o § 2º do art. 4º, do Regimento Comum, a Presidência marca a sessão conjunta de instalação da sessão Legislativa extraordinária assim convocada para o dia 1º de fevereiro, às 15 horas;

Prosegue-se na apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Votação, em 2ª discussão, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1961, de autoria do Sr. Senador Nelson Maculan, que dispõe sobre financiamento às Prefeituras Municipais, com garantia das cotas constitucionais dos artigos 15, § 4º, da Constituição Federal e de outras providências incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interjeição concedida na sessão anterior ao requerimento do autor, tendo Pareceres (ns. 923 e 924, de 1961) sobre as emendas de Plenário; da Comissão de Constituição e Justiça, favorável e de nº 1 e contrário à de nº 2; da Comissão de Finanças, idem.

Em votação o Projeto sem prejuízo das emendas.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.
Em votação a emenda nº 1, com parecer favorável.

O SR. MOURÃO VIEIRA:
Peço a palavra pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:
Tem a palavra o nobre Senador Mourão Vieira.

O SR. MOURÃO VIEIRA:
(Pela ordem) — Sr. Presidente, desejava que V. Exa. me esclarecesse os termos das Emendas.

O SR. PRESIDENTE:
Foram apresentadas duas emendas ao Projeto.

A Emenda nº 1 manda aumentar a percentagem de cinco por cento, no art. 1º, para doze por cento, em relação aos juros.

A Emenda nº 2 manda suprimir a referência à taxa de juros, de modo que a Caixa Econômica financie os juros que pudor, na ocasião e que não deveriam ser superiores a doze por cento.

O SR. MOURÃO VIEIRA — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:
Em votação a Emenda nº 1.
Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.
Em consequência, fica prejudicada a Emenda nº 2.

O Projeto será encaminhado à Comissão de Redação.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1961, que altera o inciso I do art. 945, do Código do Processo Civil e o artigo 1º do Decreto-lei nº 3.077, de 26 de fevereiro de 1941 (Aprovado em 1ª discussão, com emenda, em 13 de dezembro) tendo: Parecer da Comissão de Redação oferecendo a redação do vencido em 1ª discussão.
Em discussão o Projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-
sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada a discussão.

Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. O projeto será enviado à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1961, que vai ser lida.

E' lido o seguinte

Parecer nº 925, de 1961

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1961.
Relator: Menezes Pimentel.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1961, que dispõe sobre financiamento às Prefeituras Municipais, com garantia das cotas constitucionais dos artigos 15, §§ 4º e 5º e 20, da Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1961. — Sérgio Marinho, Presidente. — Menezes Pimentel, Relator. — Gaspar Velloso. — Daniel Krieger.

ANEXO AO PARECER Nº 925, DE 1961

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1961, que dispõe sobre financiamento às Prefeituras Municipais, com garantia das cotas constitucionais dos artigos 15, §§ 4º e 5º e 20, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Ficam as Caixas Econômicas Federais, o Banco do Brasil S. A.

o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico S. A., bem como outros estabelecimentos oficiais de crédito ou que possuam departamento creditício, e, ainda, os Institutos de Previdência Social estes, quando houver recursos disponíveis, autorizados a financiar, até o limite de 80% (oitenta por cento), a juros máximos de 12% ao ano os créditos a que as Prefeituras Municipais tiverem direito por força do disposto nos artigos 15, §§ 4º e 5º, e 20, da Constituição Federal.

Parágrafo único. As Prefeituras Municipais só terão direito aos benefícios previstos nesta lei quando expressamente se comprometerem a aplicar os recursos constitucionais referidos em obras de abastecimento de água, serviços de esgotos sanitários, combate à erosão, fornecimento de energia elétrica através de órgão público ou de economia mista de que o Município participe em condições majoritárias de capital e administração, pavimentação e obras complementares, e construção de estradas municipais e ou obras de arte de feições.

Art. 2º O financiamento a que alude o artigo anterior só será concedido às Prefeituras que, atendendo ao disposto no parágrafo único do artigo 1º, apresentarem planos de trabalho aprovado pelos órgãos técnicos federais — específicos, ou pelo SENAM (Serviço Nacional de Assistência aos Municípios), se não existirem os primeiros, bem como tenham suas contas da execução orçamentária prestadas às Câmaras Municipais, nos prazos legais, aprovadas sem impugnação.

Art. 3º A mesma faculdade estabelecida no artigo 1º e nas condições fixadas em seu parágrafo único e no artigo 2º desta lei, pode ser utilizada pelas Prefeituras para caucionar até 80% (oitenta por cento) das dotações orçamentárias federais a que tiverem direito, diretamente ou em convênio com os órgãos federais respectivos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a redação final.
Não havendo quem queira usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam a redação final, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. O projeto será encaminhado à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a ordem do dia.
Convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, às 15 horas e 40 minutos para a solenidade do encerramento da sessão legislativa do corrente ano.
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 35 minutos).

ATA DA 259ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1961

(Extraordinária,

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello — Vivaldo Lima — Paulo Fender — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Sebastião Archer — Leonidas Mello — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Argemiro de Figueiredo — Ruy Carneiro —

Jairbas Maranhão — Barros Carvalho — Ruy Palmeira — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovidio Teixeira — Lima Teixeira — Del Caro — Ary Vianna — Caetano de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valladares — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lino de Matos — Padre Calazans — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — José Feliciano — João Villasboas — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Nelson Maculan — Saviu Ramos — Irineu Bornhausen — Daniel Krieger — Mem de Sá — Guido Mondini (46).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte: Não há expediente para leitura.

O SR. PRESIDENTE:

Srs. Senadores, é com profunda satisfação que a Presidência do Senado, no momento de se encerrar a 3ª Sessão Legislativa ordinária da 4ª Legislatura, faz a prestação de contas do trabalho levado a efeito pelo Senado Federal, em particular, e pelo Congresso Nacional em conjunto, nesses nove meses de funcionamento, compreendidos entre 15 de março e 15 de dezembro de 1961, acrescidos das reuniões preparatórias que os antecederam.

Desejo expressar meu profundo reconhecimento a quantos ajudaram a levar a termo a missão que coube a esta Presidência e à Mesa, na Sessão Legislativa que ora se finda. (Lendo)

De modo especial somos gratos:

— aos nossos eminentes colaboradores de trabalho, membros da Mesa e da Comissão Diretora, Senhores Senadores Cunha Mello, Gilberto Marinho, Argemiro de Figueiredo, Novaes Filho, Mathias Olympio e Guido Mondini;

— aos ilustres Líderes da Maioria e da Minoria, Srs. Filinto Müller e João Villasboas;

— aos Vice-Líderes da Maioria, Srs. Lima Teixeira, Nogueira da Gama, Victorino Freire, Lobão da Silveira, Jorge Maynard e Guido Mondini;

— aos Vice-Líderes da Minoria, Srs. Mem de Sá e Lino de Matos;

— aos dignos dirigentes das bandeadas Partidárias:

— do Partido Social Democrático, Sr. Benedito Valladares;

— da União Democrática Nacional, Sr. Daniel Krieger;

— do Partido Trabalhista Brasileiro, Sr. Barros Carvalho;

— do Partido Libertador, Senhor Mem de Sá;

— do Partido Social Progressista, Senhor Jorge Maynard;

— do Partido Trabalhista Nacional, Sr. Lino de Matos;

— do Movimento Trabalhista Renovador, Sr. Paulo Fender;

— aos Vice-Líderes partidários;

— do Partido Social Democrático, Srs. Gaspar Velloso e Victorino Freire;

— da União Democrática Nacional, Srs. Ruy Palmeira e Heribaldo Vieira;

— do Partido Trabalhista Brasileiro, Srs. Nelson Maculan, Fausto Cabral e Arlindo Rodrigues;

— do Partido Libertador, Senhor Aloysio de Carvalho;

— ao funcionalismo da Casa, tão bem representado pelo seu digno Diretor-Geral, Dr. Evandro Mendes Vianna;

— aos representantes da imprensa, do rádio, da televisão e das agências informativas credenciadas perante o Senado;

— ao Departamento de Imprensa Nacional, através do seu admirável Diretor, Dr. Alberto de Brito Pereira; — aos funcionários da Agência Postal-Telegráfica do Senado, circunscritos por D. Lourdes Braga Rodrigues.

Todos se fizeram credores do reconhecimento do Senado e desta Presidência pela alta e nobre colaboração que lhe deram nestes nove meses de trabalho intenso.

No instante em que estamos encerrando mais esta Sessão Legislativa, só posso desejar a todos os Srs. Senadores e às suas ilustres famílias, aos Srs. Funcionários e suas famílias: aos Srs. Jornalistas e suas famílias que tenham plena felicidade no Natal e que Deus lhes assegure um próximo ano onde possam encontrar a realização de seus mais sinceros desejos.

Com os meus sinceros agradecimentos, declaro aberta esta sessão na qual iremos comemorar o encerramento de mais uma Sessão Legislativa de um ano, que foi de grande significação para a vida nacional, um ano que permitiu ao Congresso brasileiro, dentro de uma das maiores crises já deflagradas na vida política, militar e social do nosso País, sobrelevar-se pela sua autoridade, pela sua compreensão no cumprimento do dever, pela afirmação de sentimentos democráticos, pela sua fidelidade à vontade do povo e pela sua fé inextinguível nos destinos do País.

Vai ser lido o relatório da Presidência.

E' lido o seguinte:

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

Referente aos trabalhos da 3ª sessão legislativa ordinária da 4ª legislatura, de 15 de março a 15 de dezembro de 1961, apresentada no ato de seu encerramento pelo Senador Auro Moura Andrade.

(Será publicado em Suplemento)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fender:

O SR. PAULO FENDER:

(Não foi revisito pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, encerramos a presente Sessão Legislativa depois de trabalhos que nos deram no exame aprofundado das mais importantes questões de interesse do povo brasileiro.

Temos a consciência do dever cumprido. Este ano de 1961 da era cristã assinala, necessariamente, na história da Humanidade a existência real de uma Democracia viva em um País da América — o nosso País — Democracia submetida aos entrecabos mais violentos e que conseguiu sobreviver graças à civilização de um povo, ao amadurecimento de sua consciência política e ao seu acendrado amor à terra natal, à Pátria.

Fiel, Sr. Presidente, na qualidade de representante do Movimento brasileiro cheio de esperanças, de convicções inabaláveis e de fé no seu próprio destino que é o de defender a causa trabalhista, aquela causa a que por que não dizer nossa, brasileira, com características autóctones, causa que consulta a própria vida política nacional desde os tempos do Império, através da velha República transbordada neste ato na República revolucionária de 1930, trazida pelo paulista Getúlio Vargas, cujas ideias e cujo patriotismo lhe reservam na História do Brasil lugar de irrevogável evidência.

Sr. Presidente o trabalhismo tem suas grandes virtudes e seus grandes defeitos, mas estes devem ser levados à conta da boa fé com que todos aqueles democratas que professam esta doutrina se empenham em luta político-partidária, quer nos prazos públicos, quer no recesso das assembleias.

políticas, defrontando-se com certas anomalias ainda infelizmente existentes nas relações entre os partidos políticos da Democracia brasileira.

O trabalhismo brasileiro avança com sua filosofia devidamente colocado, com seus líderes a postos, na luta por uma compreensão cada vez mais estreita entre o capital e o trabalho, no sentido de que a pobreza diminua e a riqueza se distribua mais humanitariamente, mais necessariamente, mais patrioticamente, mais justamente.

Acredito que a cadeia causal engeleno-marxista tenha sido já rompidada pela filosofia do trabalhismo. E que o capitalismo, Sr. Presidente, que Marx acreditava ruir à força de uma catástrofe, pelo aumento cada vez maior das massas de proletários desassistidos e desiludidos, evidentemente não está marchando nessa estrada, pois que as crises periódicas que atravessam são crises cíclicas, que dão em resultados as concessões de que o trabalhismo se vai compondo através da sua sofrida história.

De um lado vemos a participação social do sindicalismo, atento na defesa dos interesses vitais do trabalhador; interesses de classe, interesses de família, interesses de filhos, interesse de melhor organização de trabalho, de melhores salários, de melhor participação nas indústrias e de melhor compreensão nas relações entre patrões e empregados.

De outro lado, vemos o trabalhismo transporado à fase político-jurídica da Democracia pela melhor participação na existência das instituições democráticas.

Então, Sr. Presidente, não há por que temermos do trabalhismo; não há por que desfigurarmos essa doutrina, que é defendida, nesta Casa, por três partidos que têm, no seu programa, os aspectos mais essenciais da sua própria definição, que têm, no seu programa, os aspectos mais essenciais da sua própria definição, que são o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Trabalhista Nacional e Movimento Trabalhista Renovador, que representam.

Com estas palavras, justifico minha atuação nesta Casa, no ano que estamos encerrando, em sessão legislativa, atuação toda ela inspirada no trabalhismo, quer pela minha intervenção obscura, sim, porém, sempre sincera e veemente na defesa da tese trabalhista, quer pela minha colaboração no processo legislativo, através dos projetos de lei que apresentei no corrente ano.

Agora, Sr. Presidente, congratulamo-nos com meus colegas de Senado Federal, e em nome do meu Partido trago-lhes a afirmação de que confio plenamente na ação democrática e patriótica de qualquer das outras nobres e grandes assembleias políticas que militam nesta Casa.

Sendo a primeira vez em que falo com a responsabilidade de liderança autêntica de um partido político, não posso deixar de consignar minhas saudações especiais ao Líder Filinto Müller, Líder da Maioria, homem de virtudes excelsas, que não saberíamos definir, porque é todo ele uma expressão viva da Democracia cristalizada no homem que sabe ser amável, que sabe ser solícito, que sabe ser justo, que sabe ser enérgico e que sabe exercer o seu mandato e a sua missão de Líder com aquele mínimo de tolerância e intransigência mal e acen-tuadas para conseguir as grandes vitórias que tem conseguido nesta Casa.

O Sr. Filinto Müller — Muito obrigado a V. Exa. Suas palavras me comovem, mas sei bem que são ditadas sobretudo pela grandeza de espírito que caracteriza meu nobre e eminente amigo.

O Sr. PAULO FENDER — É justa que falo a V. Exa.

Agradeço também ao nobre Líder João Villalobos que, à frente da bancada do Município, sempre defende suas convicções num plano tão lúcido e pa-

cífico que, em face das maiores contradições, consegue captar as maiores simpatias. E, realmente, uma figura de parlamentar é, realmente, figura autêntica de parlamentar que nos ensina a ética parlamentar, aquela ética que não exerce porque vive, porque nele está desde os tempos da República velha, do Brasil de antanho, onde amaneceu fazendo democracia parlamentar.

O líder Daniel Krieger, que traz, na sua palavra veemente, a vibração patriótica do gaúcho, que a gente admira desde a escola, onde ouvia falar na guerra dos Farrapos e no episódio de Garibaldi.

O líder Benedito Valladares, que traz a sabedoria sutil e escondida do mineiro necessário, do mineiro que encontra sempre a fórmula sábil para as questões mais difíceis e que, representando nesta Casa o pujante Partido Social Democrático, nos dá, a todos, a certeza de que encontraremos sempre solução para os mais complexos problemas, no que depender da atuação do grande político e ex-Governador brasileiro.

No Partido Trabalhista Brasileiro — e aqui, Sr. Presidente, peço a V. Exa. me perdoe deter-me mais um pouco — em que militei quinze anos, em que dei o melhor da minha vida de patriota, entusiasta pela causa trabalhista e, do qual, a contragosto sai há poucos dias, atendendo àquele aspecto lamentável da democracia brasileira a que aludiu, na sessão anterior, o nobre e digno Senador Mem de Sá, — e que não se pode deixar de assinalar — a prevalência de elementos sem categoria moral, política, ou cívica para defender ideologias partidárias. Sai desse Partido mas, como já disse, continuo a defender a causa do trabalhismo em geral. Nele falando, seja-me oportuno agradecer à Liderança exercida nesta Casa, pelo nobre Senador Barros Carvalho, trabalhista dos mais autênticos, Senador cioso dos seus deveres, homem fino e tratável, que jamais nesta Casa, quando da tribuna é obrigado a defender o trabalhismo, deixou de se expressar com palavras, do mais alto teor político, do mais fino labor literário.

Ao Senador Barros Carvalho e ao Senador Fausto Cabral, que lideraram a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, os nossos agradecimentos.

O Sr. Barros Carvalho — Permite o nobre orador um aparte?

O Sr. PAULO FENDER — Um prazer.

O Sr. Barros Carvalho — Agradeço a V. Exa. as expressões generosas que teve para com o modesto Senador representante do Partido Trabalhista Brasileiro.

O Sr. PAULO FENDER — Foram justas.

Ao Senador Mem de Sá, o meu cordial inimigo...

O Sr. Mem de Sá — É uma injustiça de V. Exa.

O Sr. PAULO FENDER — ...aquele com quem me defronto na capoeira ou na destreza da navalha dialética, nos debates parlamentares...

O Sr. Mem de Sá — Da parte de V. Exa.

O Sr. PAULO FENDER — ...aquele que maneja a ironia sutil de que é esgrimista apurimorado. Mas não se pode falar do Senador Mem de Sá sem que o pitoresco nos ocorra. E não valia nisso nenhum desapreço à S. Exa., uma das maiores afirmações de parlamentar nesta República. Homem lúcido, capaz, inteligente, tremendamente temível na tribuna. Mas, Sr. Presidente, o pitoresco a que me refiro talvez o Senado já esteja esquecido, eu o relatarei rapidamente.

Costumo intercalá-lo com o Senador Mem de Sá; quase sempre parco, mas vez ou outra talvez ganho. Vou contar o episódio, porque, desta vez, por causa de tantas outras. Aparteava-me o Senador João Villalobos e eu vendo que S. Exa. se detinha em um ponto que eu precisava contraditar naquele instante, sem o que perderia a oportu-

nidade, ousei interromper-lhe o aparte. Eis que o Senador Mem de Sá, abrindo os braços advertiu-me: "Assim não é possível, V. Exa. não deixa o apertante falar". E se meteu na briga. Em geral quem se mete em briga perde, mas ele ganhou. Então retruquei: "V. Exa. até parece investido de funções presidenciais, para advertir-me desta maneira. Dir-se-ia que V. Exa. é um maestro de orquestra a reger os nossos debates. Pensei haver ganho a partida. Puro engano." O Senador Mem de Sá, com aquela agilidade do tigre, da tribuna respondeu-me: "Maestro, porque V. Exa. está fora do compasso."

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. vai me permitir um aparte.

O Sr. PAULO FENDER — Com grande prazer.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. começou por se dizer meu cordial inimigo e acaba por demonstrar que é um dos meus melhores amigos, pela generosidade das referências à minha pessoa, de tal maneira que, amante da verdade como é, aí está desmentindo ao afirmar que normalmente eu levo melhor; V. Exa. é que, desta tribuna, tem se mostrado insuperável. Não tem permitido que ninguém consiga obter êxito nos debates que pretende travar. Os louvores que me faz, a V. Exa. cabe, principalmente no que se refere à capoeira e à briga de navalha.

O Sr. PAULO FENDER — Aceito, comovido, o elogio que V. Exa. me faz, porém meio receoso, porque elogio na boca de V. Exa. não é vitupério, é ironia.

Sr. Presidente, agradeço também o convívio parlamentar do Senador Jorge Maynard, o britânico, o sóbrio, o bem-posto, o homem do bom tom. Dir-se-ia que, para o Senador Jorge Maynard, seria desnecessário qualquer debate. S. Exa. tem tais reservas de tolerância, que quase sempre se põe de acordo com as proposições dos colegas, muito embora sacrificando pontos de vista pessoais. E dos mais estimados desta Casa e hoje, compõe o bloco dos pequenos Partidos de que faço parte e a que não posso deixar de referir-me, nestas rápidas palavras de congratulação aos líderes, ao nobre Senador Lino de Matos, paulista de quatrocentos anos, de quatrocentas batalhas, de quatrocentos méritos a quem nos acostumamos a ouvir com o respeito que merecem suas teses e com o recuo que nos impõe, às vezes, sua veemência.

Aqui ficam, Sr. Presidente, os elogios e agradecimentos aos líderes tal como os sinto na minha consciência parlamentar e que traduzem, também, a admiração que, presto, pessoalmente aos seus liderados, porque não saberia distinguir, entre todos os colegas desta Casa, aqueles de maior merecimento.

Resta referir-me à Comissão Diretora, à Mesa desta Plenária, presidida pelo nobre figura do Senador Auro Soares de Moura Andrade, a quem já chamei, desta tribuna, condestável cívico da legalidade, tal a sua atuação, brilhante, enérgica, incomparável nos últimos acontecimentos que abalaram o País e que deram à história o maior exemplo de consciência parlamentar que o Congresso brasileiro jamais havia manifestado.

Colaboraram com o eminente Senador Moura Andrade, na direção dos trabalhos, outros ilustres membros desta Casa, como o nobre Senador Cunha Mello a quem, no dia de hoje, tive oportunidade de homenagear, associando-me, em nome dos Senadores, ao preito de admiração e estima que lhes prestaram os funcionários subalternos da Casa. O funcionalismo humilde, essa gente boa que nos atende a todo instante, sempre solícita e sorridente, dando prova de sensibilidade e gratidão a esse homem justo e bom, que há tantos anos preside o concurso de sua inteligência e sabedoria ao trabalho parlamentar do Senado, saudou-o com as seguintes palavras, que eu não deverei constar dos Anais da Casa:

"Exmo. Sr. Senador Cunha Mello.

Presados colegas:

Dirigir a palavra a V. Exa., Senhor Senador por mandato expresso de meus nobres colegas, constitui o mais alto galardão de minha vida funcional como modesto servidor desta Casa do Congresso.

Embora haja outros companheiros que neste momento melhor do que eu poderiam traduzir perante V. Exa. os sentimentos da classe, quero, no entanto, por generosa condescendência, que fosse eu o interprete da singela homenagem, através da qual o pessoal da Portaria do Senado manifesta à sua gratidão e veneração por quem, como V. Exa., soube compreender e tratar com dignidade e elevado sentimento cristão os problemas dos modestos servidores desta casa.

Não tem, pois, um caráter accidental a singela homenagem que hoje prestamos a V. Exa., Senhor Senador, mas traduz um sentimento arraigado em nossos corações, devido a maneira humana, justa e enérgica com que defendendo os interesses dos humildes, não só aqui, mas em toda parte em qualquer latitude, em todos os postos em que tem servido a causa pública em nosso País.

Esta tem sido a linha invariável de sua conduta, na longa e brilhante trajetória de uma vida política inteiramente devotada à defesa das classes menos favorecidas pela fortuna. Jamais sacrificou os ditames da consciência por maiores que fossem os obstáculos a vencer. Jamais serviu a opressão, mas tão somente a liberdade. Jamais compactou com o forte, para oprimir o fraco. Enfim, jamais abdicou da virtude para servir ao vício, sejam quais forem as circunstâncias e os interesses em jogo.

Seria longo enumerar todos os projetos e moções através dos quais V. Exa. atesta o caráter de um homem lealmente devotado à democracia brasileira, dos quais é um dos mais lídicos representantes, paladino da justiça social e do bem estar de todos os brasileiros. Mas, não é apenas a personalidade política que realçamos neste modesto bosquejo, mas também o homem simples, cordial e humano, de todos os dias, de todas as horas, de todos os momentos.

Por todas essas razões, Senhor Senador, é que nos reunimos aqui para dizer o quanto somos gratos a V. Exa. pelo tratamento equânime e humano que temos recebido, nós de um lado como funcionários, e V. Exa. de outro, como 1º Secretário da Comissão Diretora.

Senhor Senador, não manifestamos aqui apenas nossos sentimentos pessoais, mas também de nossas esposas que ficaram em casa cuidando dos afazeres domésticos, mas cujos corações estão voltados para esta reunião, porque elas também sentem e vibram em uníssono conosco e também de nossos filhos, que hoje estão nas escolas onde aprendem a ler e escrever, ou nos lares, onde aprendem a honrar e venerar o nome de V. Exa.

Queira, pois, Senhor Senador, Cunha Mello, aceitar o nosso humilde mas leal preito de gratidão e amizade, e os nossos mais sinceros e cordiais votos de longa vida para melhor servir ao próximo, servir ao Brasil. Que Deus assim o permita!

Os funcionários da Portaria, e da Administração, agradecem a participação, nestas homenagens, da Comissão Diretora, representada pelo seu Presidente, Senador Auro de Moura Andrade, e pelos Senhores Senadores, o Senador Paulo Fender.

Aproveitando o ensejo, desejam aos aludidos funcionários, à Comissão Diretora e aos Senhores Senadores, feliz Natal e próspero Ano Novo.

Aos outros membros da Comissão Diretora, todos diligentes e dignos atuantes, também minha congratulação. De minha parte, considero-me plenamente satisfeito com o voto que lhes dei por ocasião das eleições, no começo do ano.

Sr. Presidente, torno extensiva esta saudação a todos os funcionários da Assessoria da Secretaria da Presidência e da Taquigrafia, que foram inextinguíveis na assistência constante que nos prestaram.

Estas as palavras que devia proferir, em nome do Movimento Renovador Trabalhista, palavras de compreensão, de civismo e de afeto. *Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*

C SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, no dia do encerramento do ano legislativo de 1961, que se esvai entre tantas aguras e apreensões, devo, em nome do bloco minoritário, desta Casa, dizer algumas palavras.

Serão poucas e singelas essas palavras, mas nascem elas do fundo do meu coração para o alto da minha consciência.

Se voltarmos os olhos para o ano que se finda, encontraremos, entremeados, os acertos e os erros, erros inevitáveis, embora iluminados pela sincera intenção de acertar.

O Senado da República constitui, indiscutivelmente, um órgão de equilíbrio e de madureza. É indispensável à sobrevivência da Federação e também à vivência e à sobrevivência dos grandes ideais que animam a Pátria brasileira.

Tenho plena e integral certeza de que todos os elementos que o compõem, divididos embora em diversos matizes, vivem, todos eles, num único desejo, numa única preocupação, que é a de servir o Brasil e conservar-lo no regime democrático, da liberdade, sem esquecer a justiça social, porque um povo não pode ser livre se não atender aos menos favorecidos pela fortuna.

O Sr. Filinto Müller — Muito bem Sr. Presidente, nesta última sessão se deve fazer — e eu o faço com emoção — uma referência à Mesa, que presidiu com tanto critério os nossos trabalhos, e aos funcionários do Senado, que colaboraram com tanto devotamento para o êxito das nossas lareiras.

Se me fosse permitido, eu escolheria um símbolo do funcionalismo do Senado Federal, um homem que eu não encontrarei na minha vida quem o excedesse no trabalho, na dedicação ao dever, na capacidade pública. É o Secretário Geral da Presidência, do Senado, Dr. Isaac Brown. *(Palmas. Muito bem.)*

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte? *(Assentimento do orador)* — V. Ex.^a faz grande justiça a um dos funcionários mais dignos e mais eficientes deste Senado. *(Muito bem. Palmas.)*

O SR. DANIEL KRIEGER — Todo o funcionalismo do Senado é modelar. Todo ele tem um devotamento entranhado ao serviço público e sobretudo tem uma devoção inextinguível à Casa a que pertencem. *(Muito bem. Palmas.)*

Aos companheiros, fraternos que somos todos, porque esta Casa tem o condão admirável de aproximar uns aos outros, de eliminar as desinteligências, de fazer com que se queimem ao calor do nosso afeto as incompreensões, aos companheiros do Senado da República, aos companheiros de todas as horas, boas e más,

dos momentos de concordância e dos momentos divergentes: aos nobres companheiros, que na hora suprema na defesa das instituições democráticas do Brasil, estão sempre unidos, sendo, nesta hora, a minha homenagem.

Sr. Presidente, seja-me permitido, agora, como palavras derradeiras, fazer, em nome do bloco minoritário do Senado, uma saudação calorosa e veemente ao povo do Brasil, para dizer-lhes que confiem nos seus representantes, que lhes deem um crédito de confiança, porque eles sabem ser dignos desse crédito que lhes for aberto.

Nenhum de nós tem outro propósito, nenhum outro desejo senão o de servir à pátria e servi-la, se preciso for, até com o extremo sacrifício. A essa pátria que recebemos dos nossos antepassados, opulenta na sua grandeza gloriosa, nos seus feitos extraordinários, na sua vocação de liberdade. Nesta hora solene, cheia de apreensão e de angústia, mas também de esperança queremos reafirmar que o Senado da República se manterá sempre fiel à confiança do povo brasileiro, ao regime democrático, à liberdade e à grandeza deste País! *(Muito bem; muito bem. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Parlamento, representação do povo que governa através dos seus mandatários, é a instituição que dá verdadeiro relevo à democracia. Ao defender a Lei, a liberdade e a justiça, ele exerce função primordial quando, interpretando os anseios coletivos, traça as normas pelas quais se devem exercer as atividades cívicas. Onde quer que ele entre em declínio e venha a esgarçar-se, gera, desde logo, as pressões sociais, capazes de fazer ressurgir a instituição revigorada pela experiência sempre adversa, mas tantas vezes renovadas.

Por isso, confrange o nosso coração de patriota e constitui um angustiante sintoma comprovar como se possa alimentar em nosso País um crescente sentimento de desconfiança no labor parlamentar. O fato de os plenários por vezes serem conduzidos a algumas decisões que entram em conflito com a ética que deve guiar a conduta parlamentar, não pode retirar do Poder Legislativo a majestade da sua função política, que a Nação quer que se mantenha intacta e inviolável como condição preciosa da preservação do regime.

Esses erros esporádicos e facilmente corrigíveis, não podem autorizar a qualquer outro Poder, ou qualquer outra força a se aproveitar da confusão dos espíritos para atingir a dignidade funcional do Parlamento.

Mas, Sr. Presidente, o valor de um Parlamento não depende do Parlamento em si, nem sequer do regime a que obedece. Sua importância se mede pelo valor dos homens que o constituem e sua obra será tanto mais valiosa quanto mais dignos forem os homens encarregados da representação popular.

Cremos haver provado reiteradamente à Nação e o reafirmamos recentemente quando da última crise político-social, que o povo brasileiro tem, efetivamente, um Congresso independente, que não se subordina a qualquer outro Poder e acima do qual só se pode sobrepor o povo soberano. Temos uma fé profunda em nosso povo e, em nenhum caso, renunciaremos ao nosso direito de nos pronunciar livres de quaisquer injunções, enfrentando todas as vicissitudes, para servir à Nação que queremos livre, so-

berano, independente, una e indivisível.

Com a ajuda de Deus, fonte de toda a razão e justiça, haveremos de cumprir esse dever.

Sr. Presidente, com estas palavras, saúdo, em nome da Mesa do Senado Federal, aos eminentes companheiros, aos Senhores Senadores, que tanto se credenciaram ao respeito, à estima e à admiração de todos os brasileiros.

Aos abnegados servidores desta Casa, do mais graduado ao mais modesto, graças a cujo dinamismo e dedicação podemos desempenhar o nosso mandato legislativo, em uma Casa complexa, dedicada, cujo perfeito funcionamento é função do esforço, do empenho e do zelo de todos.

E, finalmente, à Imprensa, sem cujo concurso faltar-nos-ia a análise, a crítica dos nossos atos, que constitui forma inequívoca e inarredável de colaboração e ficariamos privados daquela fonte em que se espelham os anseios e reivindicações do povo, único tribunal político a cuja sentença se devem curvar todos os cidadãos de uma democracia.

Despedimo-nos, quando se avizinham as comemorações familiares, íntimas e afetivas da maior data da cristandade. Que ela nos inspire não somente aquelas palavras evocativas que se perdem na própria ocasião em que se transmitem, mas que nos faça afervorar aquele espírito do Natal que não pode arrefecer no coração deste bom e generoso povo brasileiro. *(Muito bem! Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Barros de Carvalho.

O SR. BARROS DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, ao término da quarta Legislatura como líder da Bancada Trabalhista nesta Casa, quero congratular-me com V. Ex.^a e mais membros da Mesa, com os meus nobres colegas companheiros de labor legislativo, do mais graduado ao mais modesto dos lavradores, pelo êxito dos nossos trabalhos.

Sr. Presidente, não é possível negar que o Senado viveu, em 1961 um dos períodos mais ricos de sua história. Devo confessar que dos embates aqui vividos ele ressortiu engrandecido.

Eletiva a transição do sistema de Governo, com a implantação do Parlamentarismo, teve ele oportunidade de realçar-se e de crescer na consciência do povo brasileiro, inclusive com a atuação brilhante e destemida do nosso grande Presidente Senador Auro de Moura Andrade.

Outras oportunidades tivemos no decorrer de 1961 para, graças à conduta dos nobres Senadores, colocar-se esta Casa à altura de suas tradições.

Trabalhou-se, Sr. Presidente, e este relatório que V. Ex.^a acaba de nos distribuir, demonstra, até doer na vista o que foi o trabalho desta Casa, honrando, assim, a capacidade dos Senhores Senadores e dos seus servidores.

Mas, o processo democrático do país não atingiu ainda a sua cristalização e nós, Senadores, por isso mesmo, estamos a aguardar períodos novos mais críticos dos quais nos sairemos com a mesma galhardia, pela experiência dos seus membros e pelo destino que está traçado para a nação brasileira.

Nós, Senadores, eleitos pelo povo, para bem servi-lo, devemos pedir a Deus inspiração e energia necessária para que possamos servir, cada vez melhor, a nação brasileira.

O meu Parado. Sr. Presidente, acredita que se tenha conduzido nesta Casa à altura das circunstâncias dos seus próprios postulados, sem abandonar jamais as reivindicações dos trabalhadores, dos mais modestos, dos mais humildes.

No ano que vêm haveremos de enfrentar debates mais altos porque, no seu decurso, os problemas do Brasil certamente se agravarão, necessitando de nossa experiência, coragem e energia.

Sr. Presidente, para não ser prolixo, quero renovar as minhas congratulações com o funcionalismo desta Casa, pois a verdade é que foi ele um dos baluartes de tudo quanto se fez no Senado brasileiro.

Faço votos os mais sinceros, em nome da minha bancada, para que todos os meus colegas e companheiros de trabalho desta Casa tenham um Natal feliz e um 1962 coberto de flores!

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem! Muito bem. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente e Srs. Senadores recebi do eminente Líder da Maioria nesta Casa, Senador Filinto Müller, a honrosa incumbência de, na qualidade de representante da Maioria, no ensejo do encerramento desta Sessão Legislativa, fazer considerações em torno dos trabalhos que aqui se desenvolveram neste período.

Com muito agrado e satisfação, ressaltarei alguns desses trabalhos e, para tanto, tempo em mãos dados que nos conduzem à crença de que cumprimos com o nosso dever. Foram aqui votados cento e cinquenta e cinco projetos, dentro os quais alguns de suma importância.

É justo que mencione o Projeto de Diretrizes e Bases de Educação; o Projeto de Bases de Educação; o Projeto que criou a SUDENE; aquele outro que criou a Universidade de Brasília, Projeto de Reforma do Itamarati; o que concedeu um crédito de quatro bilhões de cruzeiros para os equipamentos rodoviários. Quero porém ressaltar, com maior ênfase, a Emenda Parlamentarista e a Emenda Municipalista que, recentemente, votamos para atender à mais justa aspiração das diversas Comunas brasileiras.

Se é verdade que cumprimos com o nosso dever, temos que realçar, no instante em que encerramos esta Sessão Legislativa, o episódio que colocou esta Casa em posição privilegiada e levou o Congresso a prestigiar-se perante a opinião pública brasileira. Refiro-me à crise político-militar deflagrada neste País, numa hora difícil e cheia de vicissitudes. O Congresso Nacional — e justo que o proclamemos — encontrou a solução justa que a emergência requeria. A Emenda Parlamentarista que aqui votamos não foi fruto de coação. Mercê da circunstância de termos vivido, naquele instante, os momentos mais difíceis, surgiu a impressão de que a Emenda Parlamentarista fora apenas o caminho encontrado para se debelar a crise.

Ainda nesse episódio, quero ressaltar, e com muita justiça, o papel que desempenhou a Mesa Diretora dos nossos trabalhos, tendo à sua frente a figura digna de Auro de Moura Andrade que soube, nos momentos mais difíceis que atravessamos, colocar-se à altura dos acontecimentos na defesa intransigente da manutenção da Constituição e dos princípios democráticos.

É justo ressaltar ainda, Sr. Presidente, o papel desempenhado pela Imprensa brasileira naquele instante. Poderia ela se ter norteado para outros caminhos diferentes daqueles que queríamos palmilhar, no campo raso da própria liberdade. Ao contrário disso, foi decisiva a colaboração da Imprensa na preservação da democracia como se fôra a ressonância do pensamento unânime do povo brasileiro.

num só grão unificado pela legalidade. Esse comportamento conduziu a sorte do regime que foi consolidado através da manifestação do Congresso Nacional.

Há ainda que ressaltar, neste instante, a atitude dos Líderes desta Casa, que constituíram um só bloco na defesa das instituições democráticas, colocando-se à frente daqueles chefes militares que, irrefletidamente, pretendiam tomar caminho que não se ajustava à nossa formação, nem tampouco à maturidade política que já alcançamos.

Sr. Presidente, merece ainda um registro nos Anais do Congresso, na hora do encerramento dos nossos trabalhos, a dedicação constante dos funcionários desta Casa. Em qualquer hora, naqueles momentos difíceis que atravessamos, contamos com a cooperação decisiva de todo o funcionalismo do Senado.

Sr. Presidente, cabe-me agora formular não uma advertência mas, sobretudo, um apelo. O Governo é parlamentarista; nós participamos diretamente do Governo no regime e no sistema que adotamos.

Quando nos aproximamos das festas do Natal, é justo que o Senado da República formule votos no sentido de que possa o Governo, pela sua representação — Presidente da República, Conselho de Ministros — congregando todos os esforços nesta luta em que estamos empenhados, pela manutenção do regime democrático, dar atendimento às justas aspirações sociais que, mais do que nunca, estão neste momento, encaizadas na opinião pública, que sente, não há como negar, Sr. Presidente, todos os reflexos da aspersão vertiginosa do custo de vida.

E que então o Conselho de Ministros, o Governo em geral, convoque todas as forças da opinião pública e trdes aqueles que querem prestar colaboração no combate a essa crise que estamos enfrentando, para que possamos, Sr. Presidente, com essa congregação de esforços, dar os meios e providências para evitar que esse agravamento se processe de tal jeito que o Governo se sinta amanhã em maiores dificuldades. Por isso mesmo é que nós outros, congressistas, estamos também dispostos a prestar a nossa decisiva colaboração nos projetos que tramitam nesta Casa, e que não há de ficar, Sr. Presidente, como muitos pensam, afastados, da verdade, muito tempo sem solução. Não, Sr. Presidente! Posso assegurar a V. Exa., pelo contato que temos com diversos colegas de diversas agremiações políticas, que há um só pensamento na congregação desses esforços para a votação mais rápida possível de medidas sujeitas à aprovação do Congresso Nacional.

Por isso, no instante em que formulo este apelo ao Governo, no sentido de soluções e providências, nós também devemos nosso concurso, como esperamos que o povo sofredor confie na ação do Congresso, que é a voz da própria Democracia, a própria voz do povo neste reflexo. Esses problemas que afligem ao povo neste momento, terão solução dentro das normas legais e dentro daqueles princípios pelos quais nós outros, democratas, temos lido.

E' nessa convicção, Sr. Presidente, que em nome do Bloco da Maioria nesta Casa desejo que os dias que vão passar, nas proximidades da maior data da Cristandade, sejam cheios de firme felicidade para o povo brasileiro, e que sigamos esse caminho que todos nós almejamos, o caminho da verdade, o caminho da felicidade para o Brasil.

Ci, a estas palavras, Sr. Presidente, manifesto aqui, no instante em que encerramos esta sessão Legislativa, nossa crença em Deus, sobretudo crença em Deus de que marcharemos com

firmeza, decisão e confiança nos destinos da Pátria, para melhorar a situação que o futuro nos anuncia pela situação que hoje percebemos e vemos, graças à maturidade política do País, e pelo progresso deste poderoso Brasil, cujos caminhos, ninguém pode duvidar, são os caminhos que nós mesmos traçamos e que nós mesmos vamos percorrer, para sua felicidade e prosperidade.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem; muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gaspar Velloso.

X O SR. GASPAR VELLOSO:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, ao encerrar-se os trabalhos da 3.ª Sessão Legislativa Ordinária da 4.ª Legislatura, o Partido Social Democrático só poderia repetir e reafirmar as palavras de louvor pronunciadas pela Mesa e pelos representantes dos demais Partidos, ratificadas, aliás, pelo eminente Líder da Maioria, em relação a todos quantos, nesta equipe parlamentar, puderam fazer com que o Senado da República se, desobrigasse brilhantemente da missão que o povo lhe confiou.

Era justo, e porque não constou do Relatório da Presidência, que se fizesse também, além daqueles ali mencionados, referência especial à Secretaria Geral da Presidência, ao Dr. Isaac Brown, referência essa que já foi feita com muita propriedade pelos demais oradores que me antecederam.

Quer o Partido Social Democrático, nesta hora, agradecer a todos os membros do Congresso, especialmente aos companheiros das demais bancadas, que, com os integrantes do nosso Partido, com as lideranças partidárias e com a liderança da Maioria e Minoria, trocaram idéias e ajustaram situações para que, sem nenhuma intransigência de pontos de vista ideológicos ou doutrinários dos diversos Partidos, pudessem as leis que por esta Casa tramitaram, sair se não perfeitas, porque esta perfeição não pertence aos homens, pelo menos no instante se pudesse alcançar o benefício da coletividade e uma certeza para nós outros, que levamos ao conhecimento da Nação, de que se as leis não foram aquelas desejadas, se elas não foram perfeitas, foram pelo menos o fruto do trabalho, da dedicação, do espírito público, do amor à Pátria e, sobretudo, da honestidade de todos os legisladores, de todos os Partidos, na sua feitura, na sua elaboração, para que elas dessem, efetivamente, ao povo, para o qual legislamos, a maior felicidade e um mínimo, pelo menos, de dignidade humana.

Sr. Presidente, o trabalho de um legislador, como é o do Senado da República, está naturalmente sujeito à crítica, crítica daqueles que por ver-nos unilateralmente, não compreendem, às vezes, o esforço, a dedicação, a tenacidade e a luta com que as leis são elaboradas.

Vê o economista uma lei sob o aspecto exclusivo da sua especialidade. E, frio, argumenta com números, raciocina com fatos, critica por vezes uma lei que tem, no seu bojo, além do interesse econômico de momento, interesses sociais que parecem envolver uma crítica e uma análise daquelas a quem incumbe a feitura das leis, mas olhando-as apenas sob um ângulo.

Nestas condições, Sr. Presidente, nós recebemos com satisfação e com prazer todas as críticas que se nos fazem, quando honestas, porque temos a oportunidade, através de discursos no Plenário ou dos relatórios apresentados no fim da gestão, de demonstrar que o Parlamento é e será a fonte de onde emanam todos os conhecimentos que aqui se agrupam, numa grande síntese para a feitura de leis que realmente interessam à

coletividade em dado momento mas que também prevêm aquilo que pode acontecer a essa coletividade através dos anos.

E' por isto que as leis assim feitas, sofrendo críticas unilaterais dos diversos setores da opinião pública, podem representar uma síntese perfeita dos anseios, da nacionalidade.

Se assim não fizessem Sr. Presidente, se o Partido Social Democrático não pôde dar ao País todas as suas leis não é porque lhe faltam forças suficientes. A imperfeição, que é própria dos homens, também existe nos órgãos colegiados.

O Partido Social Democrático — e falo devidamente autorizado pelo meu eminente colega e ilustre Líder, Senador Benedito Valladares — o tenha a Nação coriza disso, esteve, durante todo este ano, que ora termina, com os olhos voltados para o povo, desde o proclamação mais humilde, desde o camponês das terras mais afastadas, nas lides da nossa Pátria, aqueles que, também pelo seu capital ou pela sua experiência, têm concorrido para que esta Nação se torne cada vez maior e, no concerto das nações civilizadas, dia a dia se torne mais dignificada e mais se engrandeça. *(Muito bem! Muito bem! Palmas).*

O SR. PRESIDENTE:

Srs. Senadores, cabe-me encerrar a presente sessão e, muito embora a Mesa já se tenha feito ouvir neste Plenário sobre o ato de hoje, cumpro o dever de reiterar aos Senhores Senadores os nossos agradecimentos pelo prestígio e colaboração que nos deu durante a sessão legislativa que se encerra.

Como medida de justiça, quero consignar os nossos agradecimentos aos serviços prestados por todos os funcionários do Senado, desde os mais modestos aos mais altos, os Drs. Isaac Brown e Evandro Mendes Vianna.

Destaco esses dois funcionários, porque ambos são verdadeiramente fiáveis na dedicação e operosidade com que executam as suas funções.

O Dr. Isaac Brown é figura consagrada na nossa estima e no nosso apreço, e o Dr. Evandro Mendes Vianna, novo Diretor da Secretaria do Senado, desde a mudança da Capital para Brasília, é igualmente, funcionário operoso, digníssimo e honesto, que presta ao Senado os seus melhores serviços. *(Palmas)*

Com estas palavras suspendo a sessão, por quinze minutos, a fim de ser redigida a Ata dos nossos trabalhos de hoje. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas).*

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

O Sr. 1.º Secretário procederá à leitura da ata.

E' lida a ata.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a ata.

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra encerrarei a discussão. *(Pausa).*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a ata, queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 15 minutos).

DISCURSO ENVIADO A MESA PELO SENHOR SENADOR COIMBRA BUENO, PARA SER PUBLICADO:

O SR. COIMBRA BUENO:

Há anos venho me batendo nesta Casa e fora dela, pela União dos Par-

tidos Democráticos, que naturalmente se acumulam à frente daqueles que desejam fazer do Brasil uma Nação moderna e de 1.ª grandeza.

Era oportunidade vana assinar, o reagrupamento através de uma solução ou mesmo fusão dos Partidos Nacionais para a criação e fortalecimento de unidades capazes de enfrentarem e superarem as dificuldades existentes e por vir com a feliz lembrança e possibilidade de anteciparmos a evolução espontânea dos Partidos e mediante a adoção de uma grande e coerente democracia principal, é que na época tentei demonstrar ser possível, de uma lado em torno do PCL e UDN, e de outro lado em torno do P. T. B.

Apitel o problema, naturalmente com a esperança de que os dirigentes dos Partidos, com sua ação e autoridade cada vez mais sacrificada e diminuída, se dispusessem a correr o risco da busca de uma solução para o problema; mas infelizmente não consegui além de contatos entre Presidentes de Partidos que presumidamente não foram além dos primeiros passos.

No auge da última crise — que resultou do fato de ter o País sido deixado da noite para o dia com seu pólo de comando, pura e simplesmente abandonado, por seu ex-timoneiro, numa das suas horas mais difíceis e em meio da tormenta, que ameaçou a Nação de vir a pique, mergulhada numa guerra civil que falhou, mas que poderia ter transformado nossa Pátria, numa nova Espanha ou Coreia, — empenhei-me insistentemente junto aos Dirigentes dos Partidos, no sentido de que, de uma vez por todas, reconhecessem a realidade palpável, da superação da Autoridade partidária — pulverizada em 12 agremiações, — e tomassem a iniciativa de considerar os assuntos políticos básicos acima da órbita de cada agremiação para encaramos soluções frontais, conjuntas e sua agregação, vitais para a sobrevivência do Regime.

Não duvido que a recente crise foi superada principalmente pela ação conjugada dos dirigentes partidários acima da órbita restita de suas próprias Agremiações, na hora da decisão que salvou o País de uma carnificina entre brasileiros a serem armados pelo Oriente. Ho mens como Herbert Levi, Presidente da U.D.N. e Amaral Peixoto Presidente do P.S.D., colocaram-se a altura do momento crucial que então vivemos; quebraram as amarras que os limitavam aos âmbitos dos seus próprios artigos, e por alguns dias, comandaram efetivamente a política brasileira; isto para citar apenas os dois principais Partidos Nacionais — idênticos em tudo e até mesmo nas paixões políticas e pequenos interesses elitores, de muitas das pessoas e grupos, que os integram.

Estes Dirigentes, como muitos outros, aglutinaram-se naqueles momentos decisivos, evitando uma nova Coreia, que não azeru nas Américas; agiram como polarizadores de uma ação, que reuniu os esforços de poucos dirigentes em benefício de muitos milhões de dirigidos; — estes exaltaram e por semanas a fio, devolveram generosamente sua confiança, e ato mesmo seu entusiasmo aos homens públicos do País. As instituições avulram-se aos olhos do Povo, o Senado cresceu, a Câmara dos Deputados orgulhou a Nação e vivemos algumas semanas eufóricas, retemperados do desprestígio perante o Povo, que pouco a pouco já estava afetando sobretudo estas duas Assembléias máximas da Democracia Brasileira, como resultado de algumas fraquezas e transigências que calaram no espírito público, mas que como vimos felizmente, não afetaram a dignidade das instituições, e estabilidade e a sobrevivência do Regime.

Como testemunho dos esforços que dispensei no limite de minhas modestas

tas forças, lerei no final na reunião do Congresso Nacional que aprovou o 1º Gabinete.

Passada a tempestade, creio que uma única e simpólica reunião dos Presidentes dos partidos verificou-se recentemente; e esta reunião foi ignorada, antes, durante e depois de sua realização, mesmo pelas cúpulas partidárias desta ainda pequena Brasília, que não aloja mais do que um 5% do pessoal da União, ávido de notícias.

Os partidos continuam como ginetes, engordando nas invernadas, para mais uma corrida desabalada e desordenada em 3 de outubro de 1962.

Mas a dúvida é chegarmos até lá, sem antes pormos ordem em casa, sem alinharmos os ginetes (partidos) e reduzir seu número às dimensões da pista.

O Senado e Câmara dos Deputados voltaram à rotina anterior a 25 de outubro; começaram novamente a cometer seus pecadinhos, como este recente concurso a portas fechadas havido no Senado Federal ao mesmo tempo em que a Câmara dos Deputados abria outro Concurso Nacional e acessível a milhares de candidatos, para funções idênticas. São colônias, que a experiência recente do 25 de agosto mostrou, não afetarem vitalmente as instituições e nem a potencialidade de seus homens, que souberam reagir na hora da peleja e nos momentos de graves crises.

Mas é que muitos de nós congressistas e eleitores, não desejamos outros 25 de agosto; o que desejamos é trabalho e ação continuados e conjuntos, para acabarmos com esta situação de cada chefe ter seu próprio nacional ou local. Ao invés de crescer o número de partidos urge reduzi-lo prontamente para dois ou três, isolando os adeptos do credo vermelho, e do credo verde, sob suas próprias bandeiras, sem nenhum só de seus membros ativos ou simpatizantes, infitidos como até agora continuam, em nossas casas, para demolí-las ou sobolá-las.

Os atentados contra as estabilidade do regime que se repetem; a moeda anarquizada; o custo das utilidades mesmo as mais vitais, elevados a cifras astronômicas em contraposição a aumentos de salários fantasiosos, sem sentido social algum, de fundo puramente demagógico; a proposição e votação de leis básicas nas caladas da noite, para perturbarem a vida da Nação; o acolhimento, mesmo parcial, de projetos insensatos, originários substitutivos totais; o desvirtuamento de assuntos sérios, como essa justa e ançada regularização e fiscalização da remessa de lucros, servindo apenas de título para encimar um outro projeto, cujo escopo encoberto é na realidade uma arcaica, unilateral e superada discriminação de capitais; o desvirtuamento de aspirações legítimas e vitais como o estatuto da terra, através de projetos comunistas, num país constitucionalmente democrático, saltando sobre a lei básica — para cair as costas de papel — depois de produzir os únicos efeitos possíveis e desejados, que são anarquizar homens e instituições; — tais expedientes, ladoam os problemas e eternizam suas soluções necessárias buscando afastar ou desestimular aqueles que plantam e colhem o que a nação bem ou mal vem comendo cada ano, e tentando reproduzirem também no Brasil o problema fome.

Tudo isto vem novamente após o halo de esperanças que o parlamentarismo trouxe em seu bojo para o povo buscando mergulhar-nos num ambiente de desesperança, tumulto e revolução.

Estamos hoje novamente com o regime ameaçado, com grandes problemas postos, e sem solução à vista.

Julgo nesta altura constituir um dever dos Dirigentes partidários, que em

25 de agosto tiveram uma prova de que unidos podemos solucionar nossas dificuldades, tomarem agora a iniciativa de buscarmos e encontrarmos uma solução democrática, pronta, nacional e política, que dê autoridade de fato de direito, a um número muito menor de Presidentes partidários, para atuarem prontamente, em nome, e na defesa da democracia brasileira.

O que não pode ser admitido e certamente não será perdido pelo Povo brasileiro, será a omissão nestas próximas semanas dos nossos dirigentes partidários. Estamos novamente em face de uma situação de continuidade de regime, de certos aspectos econômicos financeiros e sociais e políticos, de nossa atribulada evolução. Ao invés de esperarmos por botas de cobras venenosas ou mordidas de cães danados, ansiosos por uma ditadura no Brasil, o que precisamos é, novamente, nos colocarmos à frente das acontecimentos, e assegurarmos ao Povo Brasileiro, a certeza de que não precisamos de falsos líderes, nem de homens que se fazem passar por milagrosos, para prosseguirmos na busca de boas soluções brasileiras, democráticas, sem mananças ou sem sofrimentos maiores, para os problemas que nos assobram.

E a sugestão que acrescento hoje, à muitas que venho apresentando, é, esboçados, sobretudo na Câmara dos Deputados, organizarmos prontamente o "Partido do Congresso", buscando no PSD, UDN, TB e nos demais partidos democráticos, dar grande autoridade e força moral, a pelo menos um dirigente político nacional, que não seja nenhum homem carismático — para assim estabilizarmos o regime e conduzi-lo, com tranquilidade para as eleições gerais de 3 de outubro de 1962. Nós democratas devemos estar unidos e libertados, dos atuais infiltrações e atuações, da extrema direita, e principalmente das que no momento se exercem em todas as Entidades Nacionais, a começar pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, no sentido de mergulhar o país numa ditadura comunitária.

E estas palavras eu as dirijo em especial aos dois homens que sempre admirei e dos quais há muitos anos sou um grato, humilde, leal e desinteressado amigo, — os Srs. Amiral Peixoto, Presidente do PSD e Herbert Levi, residente da UDN — para que prossigam e vençam na tentativa de união dos democratas, contra seus inimigos à vista — que já se vangloriam do privilégio de um Brasil vermelho, ensanguentado, dominado e escravizado por uma minoria parasitária que até hoje só tem sabido manobrar com palavras e atos demitidos, e jamais plantou, colheu ou colheu alguma neste Brasil, ordenado, pacífico e que busca seu próprio caminho, para dias melhores, para seu Povo espiritualista, e na sua quase totalidade cristão.

DISCURSO DO SENADOR COIMBRA BUENO, PRONUNCIADO NA SESSÃO DO CONGRESSO NACIONAL DE 8-9-1961, QUE APROVOU O GABINETE PARLAMENTARISTA DA REPÚBLICA, A QUE FEZ REFERÊNCIA NA SUA CRIAÇÃO DE HOJE, E VERSANDO EM PARIE SOBRE O MESMO ASSUNTO:

O SR. PRESIDENTE:
Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Lê o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, caiei-me muitas vezes durante esta crise tremenda que atravessamos mas julgo de meu dever tomar por alguns minutos a atenção dos presentes).

A mudança do Governo parlamentarista em parlamentarista é um acontecimento tão grave precedido, felizmente, e meio século de debates e estudos.

Na atual legislatura, — e nem todos os Srs. Senadores ignoram, e é preciso que, toda a população saiba — tramita na Câmara dos Deputados, um projeto de lei relativo, justamente a implantação do regime parlamentarista no País, com nada menos de duzentas alterações de representante do povo.

Logo — a emenda parlamentarista não é uma improvisação, como muitos pretendem. É fato que foi implantado em momento de crise, mas não me consta que pressão alguma tenha comandado a sua votação, que currou uma semana e não 24 horas como muitos alardeiam.

Nós, Congressistas, procuramos buscar uma solução para uma crise de fato, uma crise existente; e a solução encontrada teve a virtude de dar à Câmara dos Deputados, agora repleta sobre os nossos ombros uma grande parcela de responsabilidade, prosseguir nas providências capazes de instalar, e sobretudo de consolidar o regime parlamentarista em nossa terra.

Entendo que a primeira dessas providências reside nos esforços de que demonstramos ser capazes para por termo à pulverização dos partidos democráticos, talvez o principal fator responsável pela queda de presidencialismo.

Qualquer governo pode ser bem, desde que bem orientado e apoiado. Os partidos democráticos, ao invés de cruzar os braços, devem adotar em tempo hábil, a providência salutar do seu reagrupamento em torno de ideias e programas e até estatutos comuns.

A intergração dos partidos formando o bloco do centro é hoje perfeitamente viável. Ela exige boa vontade, muita ação, estoicismo e espírito de renúncia de todos os responsáveis pela política brasileira, nesta emergência em que este regime poderá fracassar como fracassado está o presidencialismo.

Sr. Presidente, lerei a seguir, uma sugestão para o reagrupamento dos partidos democráticos sociais do centro:

Proponho aos Membros do Senado Federal e Câmara dos Deputados, que a partir da adoção do Parlamentarismo, constituam o "Bloco do Centro" formado pelos Partidos Democráticos Sociais (centro representados no Parlamento PSD, UDN, PR, PL e demais pequenos partidos) com as seguintes e principais finalidades:

- 1) Preparo da reforma eleitoral, lei orgânica dos partidos e outros dispositivos essenciais às eleições gerais de 3 de outubro de 1962.
- 2) Fusão dos Partidos Democráticos Sociais do País de Centro em um grande "Partido do Centro", ou numa grande "União de Agrupamentos", devidamente revigoradas por nova legislação, visando à sobrevivência e evolução progressiva do regime.
- 3) Ensajar cobertura política no P.T.E. no sentido de se firmar como um Partido Trabalhista, em moldes modernos, a fim de obter o Poder até 1968.
- 4) Promover o reagrupamento de fato, dos adeptos do comunismo e do integralismo, indo até o limite da legalização de suas pequenas agremiações, quando as conveniências internas e externas ao País, aconselharem tais medidas.

Sr. Presidente, muito patriotismo seria exigido do Senado e da Câmara muito patriotismo seria exigido do Sr. João Goulart e daqueles que o assessoram; muito patriotismo seria exigido das forças militares, das três

armas; muito patriotismo seria exigido do PSD, da UDN e dos pequenos partidos; muito patriotismo, enfim, de todos os homens e mulheres de boa vontade para tomarem uma iniciativa de tal vulto, que sem dúvida nenhuma consulte realmente os interesses da democracia brasileira, e que são, no momento, ao meu ver, essenciais, básicos para a própria sobrevivência do regime.

Estamos agora no início do parlamentarismo, fazendo, também este regime correr os mesmos riscos do regime presidencialista. Impõe-se no momento, que vençamos, que tenhamos a coragem de enfrentar o problema básico da pulverização da autoridade dos numerosos partidos democráticos do Brasil, sem a qual inuteis serão todos os esforços, e alcançará o que iremos provocar será a desmoralização da Democracia e talvez mergulhar este País, de uma vez por todas, na Ditadura que, com tanta cuidado evitamos, nestes dias de crise, graças principalmente, e digo bem alto à presença do Congresso Nacional em Brasília. Se estivermos no Rio — o bom sendo de cada Senador, e de cada Deputado indica claramente — nesta hora, ao invés da solução que encontramos, estariam mergulhados numa guerra civil e neste momento, já estariam sacrificadas milhares de vidas brasileiras.

Sr. Presidente, eu mesmo apresento nesta altura, uma segunda variante para a proposição que acabei de ler aqui, e que foi elaborada no dia seguinte ao abandono do Governo, pelo ex-Presidente da República.

Se nos dispusermos a ler os estatutos do P. S. D., U. D. N., P. R., P. S. P., P. L. etc., excluindo-se naturalmente o Parlamentarismo pois foi atingido encontraremos a mesmíssima coisa. Não há diferença entre os programas de uns e de outros. Só existem rivalidades pessoais e conveniências grupais dos que não querem encerrar os problemas de frente.

Assim, proporia, se necessário, através de novos dispositivos constitucionais ou legais, que se constituísse um partido de centro e esse partido apoiaria o Parlamentarismo no Brasil e inclusive ensinaria a consolidação do Partido Trabalhista e reagrupamento do Partido Comunista e do Partido Integralista. Dou razão ao Presidente João Goulart.

Queiramos ou não, S. Exa. foi afastado do exercício dos direitos para os quais foi eleito.

Entenderam os Srs. Deputados e Senadores, em boa hora, adotar o Parlamentarismo, porque, como disse, tal medida evitou a guerra civil e com ela a desgraça dos meus assilados. Portanto, o fato de o Presidente João Goulart ter-se privado dos direitos que até então lhe assistiam, como Vice-Presidente da República no Presidencialismo, pelas mesmíssimas razões que nos levaram a adotar o Parlamentarismo, está justificado, porque com isto o Presidente João Goulart todos nós do Congresso e todos os brasileiros, vencemos a tremenda crise que o País atravessou.

O Presidente João Goulart merece assim uma compensação justíssima que poderemos dar a S. Exa. se tivermos coragem para tanto. Se constituirmos o bloco do centro e auxiliarmos com isenção de interesse pessoal, o Presidente João Goulart a formar um legítimo neo-Parlamentarismo neste País, buscando nas suas correntes ou na infinidade de grupos que de coração conungam a mesma ideia progressista uma equipe de administradores de excelência.

V. Exa. bem sabe que quem comanda esta crise não fomos nós. Não foi a maioria. Foi uma minoria interessada em mergulhar o Brasil numa guerra civil em fazer do Brasil uma Coréia. Intrigas que surgiram

invenções que muitos de nós chegamos até a copiar, tal situação de verdade de que se revestam. Por pouco não me enganei em este, eis numa guerra civil. Devemos ter mais senso de responsabilidade para inovar.

Existe um pequeno grupo de privilegiados que vivem com o poder nas mãos, que vivem com os cargos nas mãos. Não querem mais correligionários. Mas... existem brasileiros capazes por aí fora; temos milhares e milhares que poderiam ter alcados às posições de ministros, senadores e deputados e não têm oportunidade. Sobre tudo a mocidade brasileira, isso vem sendo negado. Ela não foi treinada devido ao interregno da ditadura. Houve uma ruptura provocada pela ditadura de 30 na marcha evolutiva do regime democrático neste país e os moços não aprenderam como ingressar na política. Muitos, sobretudo os que estão em boa situação econômico-financeira, não querem nem ouvir falar em política.

No momento ser político, no Brasil, no bom sentido é carregar pedra, é situação que sacrifica o homem todo o tempo. Alvo de todas as acusações, desde as mais absurdas, é vítima de todas as inconveniências e inconveniências e quase sempre fica indefeso; já é hábito inveterado desmoralizar os homens públicos.

Isso já vem de longe mas o momento é feliz, pois da mesma forma como o Congresso Nacional interveio, refor-

mando a Constituição, de maneira idêntica poderemos reformar a legislação e, mesmo, a Constituição, no sentido de terminar com a pulverização das pequenas agremiações, darmos força política e autoridade aos chefes de todos os partidos, para escorarmos os futuros Ministros e não submetê-los a contínua e desrazoáveis moções de desconfiança.

Era Sr. Presidente o que tinha a dizer ao encaminhar a votação. Sou pela aprovação do 1º Gabinete Parlamentarista da República.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR BENEDICTO VALLADARES NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DAS 18 HORAS E 15 MINUTOS, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1961.

O SR. BENEDICTO VALLADARES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Bancada do Partido Social Democrático nesta Casa do Congresso é a favor da regulamentação do capital estrangeiro em nosso País. Considera, entretanto, como teve ocasião de manifestar, hoje, pela manhã, numa reunião, que essa regulamentação deve ser feita com critério e prudência.

Necessitamos do capital estrangeiro para o desenvolvimento da nossa promissora indústria e todos sabem que este capital é sensível às restrições; talvez pudéssemos dizer às desconsiderações que se lhe façam. Não acre-

ditamos que nenhum representante do povo seja contrário ao capital que vem colaborar no progresso da nossa Pátria.

É este o motivo do requerimento propondo a nomeação de uma comissão composta de elementos das duas Casas do Congresso, para examinar minuciosamente o projeto de maneira que, zelando os interesses do País, o que for votado, tranquilize o capital estrangeiro.

Quase todas as nações desenvolvidas tiveram a colaboração do capital estrangeiro no seu engrandecimento. É isto o que esperamos de aqueles queiram trabalhar no Brasil.

Estas palavras, Sr. Presidente, são da Bancada do Partido Social Democrático. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor Geral

O Diretor Geral deferiu os seguintes requerimentos:

De Efraim do Rêgo Ramos, Auxiliar de Limpeza, PL-11, solicitando contagem de tempo de serviço prestado ao IPASE, como diarista num total de 4 anos e 2 dias;

— de Pedro Cidral Mansur, Motorista, PL-9, solicitando férias relati-

vas a 1960, a partir de 16 de dezembro em curso;

— de Heredito del Guidice, Eletricista, PL-7, solicitando férias relativas a 1959, a partir de 16 de dezembro em curso;

— de Juvenal Freitas Pimentel, Guarda de Segurança, PL-9, solicitando férias relativas a 1960, a partir de 2 de dezembro em curso;

e abonou as faltas dos seguintes funcionários:

— de Izabel Mazalhães Evangeliista, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 30 de novembro p. passado;

— de José Ney Passos Dantas, Auxiliar Legislativo, PL-9, no dia 1 de dezembro em curso;

— de Saylla de Carvalho Góes, Radiotécnico Auxiliar, PL-10, nos dias 28, 29 e 30 de novembro p. passado;

— de Elbe Cordeiro, Auxiliar de Limpeza, PL-11, no dia 30 de novembro p. passado;

— de Paulo de Araújo Silva, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 27 de novembro p. passado;

— De Eclá da Cunha Bréa, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 30 de novembro do corrente ano.

Secretaria do Senado Federal, em 6 de dezembro de 1961. — Maria do Carmo Rondon R. Saraiva, Diretora do Pessoal.